

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

www.alesc.sc.gov.br/diario-da-assembleia

ANO LXXII

FLORIANÓPOLIS, 9 DE NOVEMBRO DE 2023

NÚMERO 8.449

MESA

Mauro de Nadal
PRESIDENTE

Maurício Eskudlark
1º VICE-PRESIDENTE

Rodrigo Minotto
2º VICE-PRESIDENTE

Paulinha
1ª SECRETÁRIA

Padre Pedro Baldissera
2º SECRETÁRIO
(em licença)

Marcos da Rosa
3º SECRETÁRIO

Delegado Egídio
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
Líder: Ivan Naatz

BLOCO PARLAMENTAR UNIÃO POR SANTA CATARINA UB/PSD/PTB

Líder: Napoleão Bernardes
Liderança dos Partidos
UB PSD
Jair Miotto Napoleão Bernardes
PTB
Delegado Egídio

BLOCO PARLAMENTAR SOCIAL DEMOCRÁTICO MDB/PSDB

Líder: Volnei Weber
Liderança dos Partidos
MDB PSDB
Fernando Krelling Marcos Vieira

BLOCO PARLAMENTAR DEMOCRACIA, INCLUSÃO SOCIAL E IGUALDADE PT/PDT

Líder: Fabiano da Luz
Liderança dos Partidos
PT PDT
Fabiano da Luz

BLOCO PARLAMENTAR PODEMOS/NOVO/REPUBLICANOS

Líder: Sergio Motta
Liderança dos Partidos
PODEMOS NOVO
Lucas Neves
REPUBLICANOS

PARTIDO PROGRESSISTA PP

Líder: Pepê Collaço

PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE PSOL

Líder: Marquito

PARTIDO LIBERAL PL

Líder: Carlos Humberto

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Camilo Martins - Presidente
Volnei Weber – Vice-Presidente
Fabiano da Luz
Napoleão Bernardes
Sérgio Guimarães
Ana Campagnolo
Marcius Machado
Tiago Zilli

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Volnei Weber - Presidente
Fabiano da Luz – Vice-Presidente
Marcos Vieira
Sargento Lima
Carlos Humberto
Sérgio Guimarães
Jair Miotto

COMISSÃO DE TRANSPORTES, DESENVOLVIMENTO URBANO E INFRAESTRUTURA

Lunelli - Presidente
Sérgio Guimarães – Vice-Presidente
Camilo Martins
Fabiano da Luz
Massocco
Oscar Gutz
Altair Silva

COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA

Ana Campagnolo - Presidente
Camilo Martins – Vice-Presidente
Neodi Saretta
Julio Garcia
Sargento Lima
Emerson Stein

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Ivan Naatz - Presidente
Volnei Weber – Vice-Presidente
Lucas Neves
Luciane Carminatti
Mário Motta
Sérgio Guimarães
Maurício Peixer
Lunelli

COMISSÃO DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Dr. Vicente Caropreso - Presidente
José Milton Scheffer – Vice-Presidente
Camilo Martins
Luciane Carminatti
Julio Garcia
Oscar Gutz
Nilso Berlanda

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Carlos Humberto - Presidente
Neodi Saretta – Vice-Presidente
Matheus Cadorin
Mário Motta
Ana Campagnolo
Fabiano da Luz
Fernando Krelling

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Marcos Vieira - Presidente
Lucas Neves – Vice-Presidente
Luciane Carminatti
Mário Motta
Jair Miotto
Ivan Naatz
Jessé Lopes
Lunelli

COMISSÃO DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL

Altair Silva - Presidente
Massocco – Vice-Presidente
Camilo Martins
Neodi Saretta
Napoleão Bernardes
Oscar Gutz
Volnei Weber

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Jair Miotto - Presidente
Matheus Cadorin – Vice-Presidente
Fabiano da Luz
Nilso Berlanda
Carlos Humberto
Marcos Vieira

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Marquito - Presidente
Fabiano da Luz – Vice-Presidente
Lucas Neves
Julio Garcia
Carlos Humberto
Ivan Naatz
Lunelli

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E FAMÍLIA

Oscar Gutz - Presidente
Sérgio Motta – Vice-Presidente
Matheus Cadorin
Fabiano da Luz
Jessé Lopes
Dr. Vicente Caropreso

COMISSÃO DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA

Sérgio Motta - Presidente
Marcius Machado – Vice-Presidente
Neodi Saretta
Nilso Berlanda
Emerson Stein
Altair Silva
Mário Motta

COMISSÃO DE DEFESA CIVIL E DESASTRES NATURAIS

Sérgio Guimarães - Presidente
Altair Silva – Vice-Presidente
Lucas Neves
Fabiano da Luz
Sargento Lima
Oscar Gutz

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Jessé Lopes - Presidente
Napoleão Bernardes – Vice-Presidente
Matheus Cadorin
Luciane Carminatti
Sargento Lima
Tiago Zilli
Pepê Collaço

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Luciane Carminatti - Presidente
Mário Motta – Vice-Presidente
Matheus Cadorin
Ana Campagnolo
Ivan Naatz
Fernando Krelling
Marquito

COMISSÃO DOS DIREITOS DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE E DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Mário Motta - Presidente
Tiago Zilli – Vice-Presidente
Sérgio Motta
Luciane Carminatti
Marcius Machado
Oscar Gutz
Marquito

COMISSÃO DE SAÚDE

Neodi Saretta - Presidente
Dr. Vicente Caropreso – Vice-Presidente
Lucas Neves
Sérgio Guimarães
Maurício Peixer
Massocco

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Pepê Collaço - Presidente
Nilso Berlanda – Vice-Presidente
Sérgio Motta
Neodi Saretta
Jair Miotto
Ana Campagnolo
Emerson Stein

COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE ÀS DROGAS

Lucas Neves - Presidente
Jair Miotto - Vice-Presidente
Luciane Carminatti
Marcius Machado
Maurício Peixer
Fernando Krelling
Marquito

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS

Tiago Zilli - Presidente
Napoleão Bernardes – Vice-Presidente
Matheus Cadorin
Neodi Saretta
Nilso Berlanda
Ivan Naatz
Marquito

COMISSÃO DE ESPORTES E LAZER

Fernando Krelling - Presidente
Mário Motta – Vice-Presidente
Camilo Martins
Marcius Machado
Carlos Humberto
Fabiano da Luz
Pepê Collaço

COMISSÃO DE PROTEÇÃO, DEFESA E BEM-ESTAR ANIMAL

Marcius Machado - Presidente
Fernando Krelling – Vice-Presidente
Lucas Neves
Massocco
Marquito
Jair Miotto
Fabiano da Luz

<p>Diretoria Legislativa Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006</p> <p>Art. 19. À Diretoria Legislativa compete, especialmente: II - coordenar, supervisionar e controlar os trabalhos das Coordenadorias que a integram; (Redação dada pela Resolução nº 013, de 2009) Fabiano Henrique da Silva Souza Diretor</p> <p>Coordenadoria de Publicação Art. 25. À Coordenadoria de Publicação compete, especialmente: VII - elaborar o Diário da Assembleia, publicando as proposições, atas, relatórios e outros documentos legislativos que forem encaminhados para esse fim; X - manter as publicações dos Diários atualizados na página da Assembleia Legislativa. Edson José Firmino Coordenador</p> <p>Diário da Assembleia Resolução nº 006, de 20 de julho de 2009</p> <p>Instituiu o Diário Oficial Eletrônico da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina. O Ato da Mesa nº 344, de 28 de setembro de 2021, regulamenta a Resolução nº 006, de 2009, que "Institui o Diário Oficial Eletrônico da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina".</p>	<p style="text-align: center;">DIÁRIO DA ASSEMBLEIA EXPEDIENTE</p> <p style="text-align: center;"></p> <p style="text-align: center;">Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves Rua Dr. Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500 Internet: www.alesc.sc.gov.br Sede Administrativa Deputado Aldo Schneider Avenida Mauro Ramos, 300 CEP 88020-300 – Florianópolis - SC</p> <p style="text-align: center;">IMPRESSÃO PRÓPRIA - ANO XXXI NESTA EDIÇÃO: 30 PÁGINAS</p> <p>Conforme o Ato da Presidência nº 001/2022, a certificação da publicação do diário é do Coordenador de Publicação da Alesc, sendo os seus conteúdos de responsabilidade dos setores conforme art. 10 do Ato da Mesa nº 344, de 28 de setembro de 2021.</p>	<p style="text-align: center;">ÍNDICE</p> <p>CADERNO LEGISLATIVO 2 ATAS.....2 SESSÃO PLENÁRIA.....2 COMISSÕES PERMANENTES...6 PROPOSIÇÕES DE ORIGEM DO LEGISLATIVO..... 24 PROJETOS DE LEI..... 24 CADERNO ADMINISTRATIVO.. 25 GESTÃO DE PESSOAL, NORMATIVA, FISCAL E DE MATERIAIS..... 25 ATOS DA MESA..... 25 PORTARIA..... 28 EDITAIS, LICITAÇÕES, CONVÊNIOS E CONTRATOS 28 EXTRATOS..... 28</p>
---	---	---

CADERNO LEGISLATIVO

A T A S

SESSÃO PLENÁRIA

ATA DA 103ª SESSÃO ORDINÁRIA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 31 DE OUTUBRO DE 2023

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO MAURO DE NADAL

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ana Campagnolo – Camilo Martins - Carlos Humberto - Delegado Egidio - Dr. Vicente Caropreso - Fabiano da Luz - Fernando Krelling - Ivan Naatz - Jair Miotto – Jessé Lopes - José Milton Scheffer - Julio Garcia - Luciane Carminatti – Lunelli - Marcius Machado - Marcos da Rosa - Marcos Vieira – Mário Motta - Matheus Cadorin - Maurício Eskudlark - Maurício Peixer - Mauro de Nadal – Napoleão Bernardes - Neodi Saretta – Nilso Berlanda - Pedrão Silvestre - Pepê Collaço – Prof. Vanessa da Rosa - Repórter Sérgio Guimarães - Rodrigo Minotto – Sargento Lima - Tiago Zilli – Volnei Weber.

PRESIDÊNCIA – Deputado Mauro de Nadal
Deputado Marcos da Rosa
Deputado Delegado Egidio

DEPUTADO MARCOS DA ROSA (Presidente) – Abre os trabalhos da sessão ordinária. Solicita a leitura da ata da sessão anterior para aprovação e a distribuição do expediente aos senhores deputados.

Breves Comunicações

DEPUTADO MARCOS DA ROSA (Presidente) – Não havendo oradores inscritos, passa ao horário reservado aos Partidos Políticos.

Partidos Políticos

DEPUTADO MARCOS DA ROSA (Presidente) – Não havendo oradores inscritos, suspende a sessão até às 16h. Está suspensa a sessão.

(Pausa)

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) – Reabre a sessão e passa à Ordem do Dia.

Ordem do Dia

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) - Antes de iniciar a pauta da Ordem do Dia faz algumas considerações.

Discorre sobre um fato que foi narrado em redes sociais por pessoas que estão descomprometidas com a verdade, o que acabou levando a imagem do Parlamento para fora da Casa de uma forma um tanto distorcida para a sociedade. Menciona que alguns acabaram caracterizando como se a Alesc estivesse contratando um 'jatinho' para os deputados. Então, lembra a todos que a sua passagem pela Presidência sempre se pautou pela transparência, acima de tudo, pelo zelo do recurso público.

Explica que houve uma reunião há um tempo, aproximadamente há cinco meses, com a Bancada do Oeste para discutir o preço excessivo dos voos, das passagens, que eram compradas para deslocamento, principalmente para Chapecó, inclusive da dificuldade de horários, fazendo escalas em São Paulo, ocasionando aumento no valor, chegando a custar R\$3 mil (três mil reais).

Relata que sugeriu fazer um processo licitatório para tentar baratear o custo entre Florianópolis/Chapecó - Chapecó/Florianópolis, alegando ser um absurdo o valor praticado. Menciona que foi aberto o processo, foram convidadas empresas também de outros estados para participarem do certame.

Revela que na semana passada houve o desfecho desse processo licitatório, no dia 19 de outubro, onde só uma empresa participou, mas esta não cotou aquilo que o edital estava pedindo, resumindo no fracasso do certame. Cita que o encaminhamento da Casa foi no sentido do cancelamento, porque não atendeu os termos do edital. Considera que, às vezes, as pessoas se oportunizam de algum determinado assunto, não verificam a veracidade dos fatos, acabando todos pagando um preço muito caro. Salaria que devia esta justificativa a todos os colegas deputados, reforçando que a sua passagem pelo Parlamento catarinense não envergonhará o dia a dia de cada um dos parlamentares que estão aqui exercendo com muita galhardia o dever que foi confiado pela urna. *[Taquígrafa: Rubia]*

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) - Dá início à pauta da Ordem do Dia.

Informa aos deputados que a autora do Projeto de Lei n. 0178/2021, Deputada Ana Campagnolo, solicitou a retirada da matéria da pauta, por isso a Presidência retira de pauta.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0252/2021, de autoria da Deputada Paulinha, que estabelece normas para comprovação de residência no âmbito do Estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; de Finanças e Tributação; e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0238/2023, de autoria do Deputado Dr. Vicente Caropreso, que declara de utilidade pública o Grupo Mãos Solidárias, de Jaraguá do Sul e altera o Anexo Único da Lei n° 18.278, de 2021, que "Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina" para fazer constar nele o nome de tal entidade.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; e de Educação e Cultura.

Em discussão.

Discutiu a matéria o sr. Deputado Doutor Vicente Caropreso.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Informa aos deputados que o autor do Projeto de Lei n. 0293/2023, Deputado José Milton Scheffer, requereu a retirada da matéria da pauta de hoje, por isso a Presidência retira de pauta.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0411/2023, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, que altera o Anexo Único da Lei n° 18.278, de 2021, que "Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina", para alterar a denominação da Sociedade Vida e Movimento, de Florianópolis, para Associação Vida e Movimento.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado. [Taquígrafa: Rubia]

Pedido de Informação n. 0437/2023, de autoria do Deputado Maurício Peixer, solicitando à Secretária de Estado da Saúde informações acerca das cirurgias de próteses de perna no Estado de Santa Catarina.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0438/2023, de autoria da Deputada Luciane Carminatti, solicitando à Secretária de Estado da Assistência Social, Mulher e Família informações acerca da estrutura da referida Secretaria.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0439/2023, de autoria do Deputado Matheus Cadorin, solicitando ao Secretário de Estado da Educação informações acerca da construção da quadra poliesportiva na Escola de Educação Básica Professor João Rocha, localizada no Município de Joinville.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0440/2023, de autoria do Deputado Matheus Cadorin, solicitando à Secretária de Estado da Saúde informações acerca da disponibilização de médicos, com especialidade em cardiologia Pediátrica, no Município de São Bento do Sul.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

A Presidência comunica que serão enviadas aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, as Indicações números: 1112/2023, de autoria da Deputada Ana Campagnolo; 1113/2023 e 1114/2023, de autoria do Deputado Mário Motta; 1115/2023, de autoria do Deputado Camilo Martins; 1116/2023, de autoria do Deputado Carlos Humberto; e 1117/2023, de autoria do Deputado Lunelli.

Finda a pauta da Ordem do Dia. *[Taquiografia: Cinthia]*

Deputado Fabiano da Luz – Pede a palavra pela ordem.

DEPUTADO FABIANO DA LUZ (Orador) – Comunica que em Saudades a Regional da Educação fez uma reunião cogitando a possibilidade de fechar duas escolas do interior. Argumenta que os pais estão muito preocupados com isso, pois se os filhos saírem do campo para cidade pode ser que muitos não queiram voltar. Realça que é preciso provocar uma reunião entre a Secretaria de Estado da Educação, a Comissão de Educação e a Secretaria de Educação de Saudades para encontrar um meio de não fechar essas escolas.

Deputado Mário Motta – Pede a palavra pela ordem.

DEPUTADO MÁRIO MOTTA (Orador) – Relata ao colega que a reunião da Comissão de Educação acontecerá nesta terça-feira e terá a presença de diretora da SED para responder os questionamentos dos parlamentares sobre o assunto.

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) - Sugere aos prefeitos dos municípios que têm escolas ameaçadas de fechamento a refazerem a logística do transporte escolar, levando para essas escolas alunos de outras comunidades do interior. Reflete que o fechamento de escolas é um ato muito extremo para a sociedade que tem as suas raízes, tendo a escola como parte da história da comunidade. *[Taquígrafa: Rubia]*

Explicação Pessoal

DEPUTADO PEDRÃO SILVESTRE (Orador) - Faz uso da tribuna para falar sobre protocolamento de projeto de lei de sua autoria que objetiva proporcionar aos moradores de baixa renda dos morros e favelas acesso a um endereço residencial, bem como à luz e à água a essas comunidades de Florianópolis. Diz que: “O poder público, de fato, não leva sequer o projeto do Reurb, sequer o projeto do Lar Legal, não leva acessibilidade, não leva esgoto, não leva água, não leva iluminação”. Menciona que o único serviço público é a coleta de lixo. Enfatiza que essa realidade precisa mudar.

Comenta sobre a questão de um jovem que estuda e quer trabalhar, mas não consegue arrumar emprego porque não tem endereço para colocar no currículo. Entende que ter um endereço é um direito mínimo de todo ser humano. Enfatiza que no morro, as residências, por mais que estejam consolidadas, não têm endereço. Entende que não se pode mais ficar omisso a essa situação, bem como fala que durante seu período de deputado buscou, de alguma forma, fazer com que aqueles considerados invisíveis, pelo menos, tivessem a oportunidade de ser vistos na Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina. *[Taquígrafa: Sílvia]*

DEPUTADO SARGENTO LIMA (Orador) – Parabeniza a Câmara de Vereadores Mirim de Itaiópolis a qual esteve presente na Casa, na data de hoje, e diz que na oportunidade falou sobre o que é o duodécimo. Diz que explicou como funciona a distribuição destes valores junto às prefeituras e a responsabilidade que é de representar o coletivo.

Faz a leitura de um texto com o teor de suicídio, aborto e sexual, que crianças de 10 anos receberam no colégio Maria Tomas Coelho. Repudia o texto entregue às crianças, dizendo ser algo abominável. Convida os pais a olharem sobre o que os filhos têm recebido em sala de aula.

Deixa um alerta e repúdio ao texto entregue pelo pseudoprofessor e diz que os pais não devem ser omissos em verificar o material dos filhos, precavendo-se de coisas piores. *[Taquiografia: Guilherme]*

DEPUTADO LUNELLI (Orador) – Discorre sobre a viagem oficial que fez ao Panamá, junto a outras autoridades do Estado, para busca de oportunidades, dentre elas, a implantação de um voo direto entre Florianópolis e a cidade do Panamá; apresentação de produtos estratégicos a serem comercializados para América Central como os vinhos de altitude; busca de investimentos estrangeiros em obras estruturantes do Estado.

Afirma que Santa Catarina precisa ser mais conhecida no cenário internacional, havendo maior divulgação dos atrativos e investimentos em infraestrutura. O crescimento do turismo catarinense está diretamente ligado ao sucesso da economia como um todo de um Estado produtivo e inovador.

Relata que foi conhecer o Comando da Polícia Militar de Apoio Especializado, em São José, que tem policiais treinados e qualificados para o combate nas situações extremas, e também um importante papel social, através da tropa da cavalaria e do canil. *[Taquígrafa: Eliana]*

DEPUTADO MARCIUS MACHADO (Orador) - Cumprimenta o Presidente em exercício, Deputado Delegado Egídio e a Câmara Mirim do Município de Ponte Alta. Expõe o seu posicionamento contra o fechamento das turmas de ensino médio de algumas escolas de Lages, São Joaquim e Urubici e a municipalização da Escola Laudelino de Souza Medeiros, localizada no Rincão dos Albinos, em São José do Cerrito. Comenta a importância da região e deixa o seu apoio e solidariedade em relação ao não fechamento da escola. Revela a possibilidade de manter a escola aberta e ampliar o sistema de educação com o ensino médio de qualidade, para que estudantes do interior possam se qualificar na sua cidade. *[Taquígrafa: Yasmim]*

DEPUTADO DELEGADO EGÍDIO (Presidente) - Não havendo mais oradores inscritos, encerra a sessão, convocando outra, ordinária, para o dia subsequente, à hora regimental.

Está encerrada a sessão.

(Ata sem revisão dos oradores.)

[Revisão: Taquígrafa Rubia]

COMISSÕES PERMANENTES

ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª LEGISLATURA REALIZADA NO DIA 12 DE SETEMBRO DE 2023, ÀS 11H30, NA SALA DE REUNIÃO DAS COMISSÕES

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Jessé Lopes) – Havendo quórum regimental, declaro aberta a 9ª Reunião Ordinária da Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa de Santa Catarina.

Registro a presença dos Deputados Sargento Lima, Emerson Stein - hoje representando o Deputado Tiago Zilli – e, de forma remota, a Deputada Luciane Carminatti. Agradeço aos Deputados a presença nesta reunião, em especial aos excelentíssimos senhores Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina, Coronel Fabiano de Souza, e presidente do Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina, senhor Vânio Boing, que irão contribuir com esta Comissão na discussão sobre o Sistema de Proteção Social dos Militares de Santa Catarina.

Informo que o Coronel Pelozato pediu escusas, mas em decorrência de chamamento do excelentíssimo Governador, não poderá comparecer à reunião no dia de hoje, vindo em data futura.

Agradeço também aos demais presentes e aos que nos acompanham pela TVAL.

Conforme requerimento do Deputado Sargento Lima, aprovado na Comissão, hoje recebemos o Coronel Fabiano de Souza e o senhor Vânio Boing, para tratarmos das questões previdenciárias dos militares.

Passo a palavra para o senhor Deputado Estadual Sargento Lima.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA – Bom dia, senhores. Primeiro quero agradecer a presença de cada um de vocês, fico muito feliz por ter sido atendido, tenho certeza de que muitas e muitas pessoas nos acompanham neste exato momento, tendo em vista a relevância do assunto. Creio ainda ter deixado de solicitar a presença de alguém da Secretaria de Estado da Fazenda para participar desta nossa conversa, que como eu disse tem uma relevância muito grande para o servidor público do Estado de Santa Catarina.

Nós conversamos sobre esse assunto de forma muito específica, dos 14%, com o Governador Jorginho Mello quando ainda era Senador e pré-candidato ao governo do Estado. Nós tínhamos uma abertura para conversar e buscar uma solução que fosse interessante para o Estado e também para o servidor.

Como fui requerente desse convite, do qual me sinto honrado com a presença de cada um de vocês, eu tenho alguns questionamentos a serem feitos relativos à saúde do Iprev depois da explanação dos senhores, porque tenho um interesse especial em relação a isso. Acredito que não sejam apenas dúvidas minhas, mas de todo mundo, mesmo daqueles que pleiteiam a redução desse valor de 14%.

Eu me sinto satisfeito com a presença do senhor, Coronel, para falar sobre a perspectiva das nossas instituições, tanto do Corpo de Bombeiros quanto da PM, para o futuro e, principalmente, para entrarmos nesse campo do militar estadual, que hoje se encontra numa situação um tanto quanto delicada. E eu digo delicada não por estar dois passos atrás de algum

outro Estado da Federação, mas pelo valor que contribui. É óbvio que a gente sempre ouve essa argumentação de que Santa Catarina está um passo à frente de outros Estados, que remunera muitíssimo bem, que não existe uma sombra, uma possibilidade de não pagamento do benefício, enfim. A gente não vive essa realidade por enquanto no Estado de Santa Catarina, e queira Deus que a gente nunca viva, mas eu tenho uma preocupação muito grande até mesmo com a saúde da instituição em si - e quando eu digo a saúde, digo com o tempo.

Nós comemoramos sempre o aniversário da instituição e a gente quer que dure mais cem anos, mais cem anos e mais cem anos, a cada aniversário da instituição a gente diz isso. E a saúde da instituição está relacionada à Previdência também. A gente tem a preocupação de que isso não seja mais um atrativo para aqueles que queiram ingressar na carreira, que podem buscar em outro concurso algo que lhe possibilite uma Previdência que corresponda, porque na vida do militar – e vossa excelência sabe muito bem disso – o que tem de melhor é a aposentadoria. A gente tem a possibilidade todo dia de sair de casa, se despedir da família e não voltar. Eu sei que esse risco existe na construção civil, existe em todas as outras profissões, mas nós, por dever de ofício, temos que confrontar o perigo sem a possibilidade de escolher se colocar fora. Na nossa profissão, por dever de ofício, a gente tem que ir e confrontar o perigo, o que aumenta a possibilidade de perigo em relação a outras profissões. Isso tirando a situação de estresse e a situação de saúde física mesmo, que a gente pode comprometer numa ocorrência malfadada. Isso pode acontecer, sem sombra de dúvida, e falo da experiência de quem já passou por essa situação várias vezes.

Então a gente está querendo construir, aqui, uma linha de comunicação com essas pessoas que estão nos assistindo agora, de um lado o Iprev, para falar realmente sobre aquilo que a gente está comentando desde o ano passado com o então candidato Jorginho Mello, agora Governador, da predisposição que ele teve durante todo o tempo de tentar reverter esse quadro, que foi mal elaborado, mal estruturado, mal planejado, mal apresentado e mal votado nesta Casa, no ano passado.

Nós sabemos que estamos encarando um déficit de mais de R\$6 bilhões, essa é uma realidade que temos no Estado, e nós sabemos que isso acaba gerando o abrir mão de uma receita também milionária. Mas eu gostaria de saber da vossa excelência, da parte do Iprev, o que nós podemos, hoje, conversar com o servidor de modo geral – com todos, generalizando mesmo o servidor público estadual – e de forma bem específica com os militares. E por parte de vossa excelência, Coronel, eu gostaria de saber onde o senhor nos vê, como militares, daqui a quinze anos, vinte anos. Nós estamos nos preocupando com isso e gostaria de saber se existe uma preocupação por parte do comando de falar assim: eu não estarei mais aqui dentro de dez anos, mas tenho a certeza de que essa instituição tem que crescer e ela apenas cresce com concurso. Existe um planejamento de adesão dos outros servidores a um plano de Previdência? Existe uma campanha para realmente trazer novos servidores? [Transcrição: Marivânia Pizzi]

A gente gostaria de falar sobre esse fundo imobiliário, nós gostaríamos de falar sobre essa previsão 2024, 2025, 2026, esses números são importantes para a gente. Como se a gente vai realmente estar pagando somente 2% e 26 uma parcela deles.

Gostaria de estar perguntando também, falando sobre a isenção das doenças graves, o que é uma doença grave na visão do Iprev? Para podermos, hoje, dissipar algumas dúvidas, porque nós estamos entrando num confronto, desnecessário muitas vezes. Eu sei que esse planejamento está sendo feito pelo Governador, porque eu participo com ele desde o começo do ano, só que não podemos noticiar coisas que ainda não estão prontas para serem servidas, sabe, Deputado Jessé?

A gente sabia que precisava de tempo para poder realmente tomar pé da situação de como nós estamos na saúde financeira do nosso Instituto de Previdência e poder dissipar algumas dúvidas, porque a gente está entrando num conflito muitas vezes desnecessários com as pessoas: o que vocês estão fazendo, governo? O que vocês estão fazendo, Deputados?

Eu sei que esse trabalho junto ao Iprev começou em janeiro e não parou até agora, eu tenho tomado conhecimento dessa situação e vejo que cada vez a avançamos para uma solução melhor, acredito eu. Mas como eu disse, e tenho sempre ressaltado, nós temos, sim, uma preocupação muito grande com a saúde da nossa Previdência, até porque eu sou militar da reserva, tenho essa preocupação e quero que todos aqueles que incorporarem no ano de 2024 tenham a mesma certeza que eu tenho, de que ele vai chegar lá e vai ter um instituto de Previdência que corresponda às suas expectativas.

Seria isso, Deputado Jessé.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Jessé Lopes) – Após as palavras do nosso Deputado Sargento Lima, passo a palavra ao senhor presidente do Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina (Iprev), Vânio Boing, para as suas considerações.

O SR. VÂNIO BOING – Bom dia a todos, obrigado pelo espaço.

Por uma questão de ordem, quanto tempo mais ou menos eu disponho?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Jessé Lopes) – Algo em torno de dez a quinze minutos.

O SR. VÂNIO BOING – Perfeito, obrigado.

Antes de falarmos sobre as ações que o Iprev, junto com a sua equipe, está desenvolvendo, é necessário contextualizar a Previdência do Estado. Sabemos que a Previdência existe há mais de cem anos, mas até o século passado a gente apenas falava em pensão, a contribuição dos servidores era apenas para pensão, somente a partir de 2004 é que começou a existir a contribuição previdenciária e de lá para cá constantemente o sistema passa por alguma reforma ou algum ajuste.

O Sistema de Repartição Simples é muito importante sabermos, pois é o sistema que existe hoje e cuja principal fonte de custeio é a geração futura. E vimos ao longo dos últimos vinte anos que a geração futura está deixando de existir, ou seja, muito mais servidores se aposentam do que ingressam, por uma questão normal. Então, o Sistema de Repartição Simples, que é gerido pelo Iprev hoje, é um sistema que não consegue o equilíbrio financeiro porque a geração futura não acompanha o movimento de aposentadorias. Este é o primeiro ponto.

O segundo ponto é que a contribuição para a Previdência por parte dos servidores começou apenas a partir de 2004, até então era apenas para pensão. E outra questão muito grave que nós temos, mas é um benefício do servidor, é a paridade e da integralidade. Então esses três aspectos prejudicam muito o sistema previdenciário do Estado e ele precisa de alguma solução para que tenhamos o equilíbrio lá na frente.

A missão que o Governador nos passou é que encontremos um equilíbrio para o futuro, porque o servidor, ao entrar no Estado, com os seus 25 anos ele não sai mais da folha do Estado, no sistema atual. O servidor faz um concurso público, ingressa no Estado, trabalha até 60 anos, 62 anos, aposenta-se, mas ele não sai da folha de Estado, ele continua. Aí ele vem a falecer nos seus 85 anos, 90 anos, e ainda deixa uma pensão. Então, esse Sistema de Repartição Simples, no qual todo o servidor ativo ou inativo continua na folha do Estado, tende a colapsar algum dia. E trazemos alguns números.

Se pegarmos os números do ano passado, existem dois termos que precisam ser separados aqui, nós temos o déficit atuarial e temos a insuficiência financeira. O que vem a ser o déficit atuarial? Déficit atuarial é o desequilíbrio, você faz as contas fechando a massa de servidores, ativos, aposentados, pensionistas, qual a necessidade de recursos que teria que ter na data de hoje para garantir o pagamento de todo mundo até falecer a última viúva ou o último viúvo? Isso é déficit atuarial, e qual é esse valor?

No ano passado esse valor representou algo próximo a R\$258 bilhões. Esse é o déficit atuarial, que é a necessidade de recurso que teria que ter hoje para garantir o pagamento dos benefícios de todos, inclusive dos ativos ao se aposentarem.

Mas o número que mais nos assola hoje é a insuficiência financeira, que é a diferença entre o que o Estado arrecada do ponto de vista previdenciário e aquele que ele paga em benefício. Então nós tivemos a última reforma em 2021, que instituiu a cobrança dos 14% para quem ganha acima de um salário mínimo, os aposentados e pensionistas, e também elevou a contribuição dos ativos e também da parte patronal, e quanto representou isso no ano passado? A contribuição dos ativos, parte patronal, dos inativos e pensionistas, representou algo em torno de R\$3,7 bilhões no ano passado, só que o Estado pagou em benefício para aposentados e pensionistas – vejam que ele está arrecadando de ativos, parte patronal, aposentados e pensionistas, que representou R\$3,7 bilhões –, só no ano passado, R\$9,1 bilhões. Ou seja, tivemos uma insuficiência financeira de R\$5,4 bilhões em 2022. Quanto será neste ano? A projeção deste ano é que será superior a R\$6,1 bilhões, e, aí, nós precisamos fazer uma coisa para que se equacione ou se busque equacionar isso.

Então, quais são as ações que nós estamos desenvolvendo para que possamos ter um equilíbrio lá na frente, daqui a dez anos ou vinte anos?

Primeira questão: nós precisamos fazer uma segregação de massa, ou seja, todo servidor que ingressar a partir de agora vai fazer parte de um fundo de capitalização, no qual ele, ao deixar a atividade, vai sair da folha do Estado e vai passar a receber benefício diretamente do fundo de capitalização gerido pelo Iprev. E o que nós vamos fazer com o estoque? O estoque vai continuar gerando insuficiência financeira, e aí o Estado, por conta dos seus ativos imobiliários, está se predispondo a constituir um fundo imobiliário, seja para a renda, ou seja fundo em desenvolvimento, ou mesmo alienação dos imóveis, para fazer frente ao pagamento da insuficiência financeira que vai continuar existindo, porque não vai utilizar mais

as contribuições dos futuros servidores para pagar benefício dos servidores aposentados. Então eles vão passar a formar a sua reserva para quando se aposentarem passarem a depender apenas do benefício do Iprev, saindo da Fonte 100, saindo da folha do Estado.

E onde fica o sistema de proteção dos militares e dos bombeiros? Eles ficaram de fora da reforma de 2019 e nós precisamos regulamentar o sistema de proteção. [Transcrição: Jenifer Girardi]

Existe uma lei federal, e nós temos uma minuta. As próprias forças estão constituindo, nós temos tido contatos constantes, existe uma minuta bem evoluída na Casa Civil e o Estado, o Executivo, tem a intenção de apresentar um pacote que trata da Previdência do Estado de uma maneira geral: além da criação de um fundo de capitalização, que nós já estamos denominando como SC Futuro; o estoque, que é o regime de repartição, que é o SC Seguro; e a regulamentação do sistema de proteção para militares e bombeiros. É basicamente trazer para o Estado o que a lei federal apresenta.

E a outra questão que nós nos propomos é centralizar toda essa gestão de Previdência e proteção no Iprev. O Iprev está fazendo um investimento na ordem de R\$3,7 milhões num sistema previdenciário que abarca todos os entes. Então é um controle em que nós vamos ter uma maior eficiência na concessão de benefício... É até bom ressaltar que quando nós chegamos no Iprev, no início do ano, nós tínhamos mais de duzentas pensões represadas, nós tínhamos CTCs parados, e nós tivemos que colocar isso tudo em dia, mas hoje as coisas estão muito mais ágeis. Então, é a forma que o Iprev vai se apresentar aos demais Poderes para poder centralizar toda a gestão previdenciária no Estado em um único órgão.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA — Para deixar claro aos que nos acompanham, o que são essas setecentas pensões represadas?

O SR. VÂNIO BOING — No ano passado havia muitas pensões e o processo de concessão era muito lento, e não é cabível uma pessoa ficar aguardando pensão por mais de trinta dias, quarenta dias. Nós nos estruturamos para que pudéssemos tirar isso da frente, fizemos uma força-tarefa para que pudéssemos liberar, pois não é justo uma pensionista ficar aguardando sessenta dias, setenta dias para receber a pensão. Isso não existe hoje. Qualquer pensão no Iprev, hoje, não leva mais que trinta dias, isso para não deixar a pessoa sem amparo. Então, em linhas gerais, é basicamente isso o que nós estamos fazendo.

Na semana passada nós conseguimos concluir uma revisão nessa questão da alíquota dos 14%, e é muito bom nós deixarmos claro que a Lei nº 773, a reforma que aconteceu em 2021, no sistema de repartição, que é o que existe hoje, quando você tem déficit, uma insuficiência no regime de previdência cujo modelo é repartição simples, você chama todo mundo na mesa para poder contribuir, e foi o que aconteceu. Foram chamados os pensionistas, os aposentados, os ativos, a parte patronal, todo mundo deu a sua cota, e só foi possível implementar a alíquota dos 14% por quê? Por parte do Estado, temos que reconhecer, foi concedido um reajuste de 28% e ninguém perdeu, ninguém deixou de ganhar, ninguém passou a ganhar menos por causa da alíquota de 14%. Isso porque no mesmo mês da aplicação da alíquota houve o reajuste de 28%. Então, cada um deu a sua cota. Os aposentados e os pensionistas passaram a contribuir, coisa que não vinham fazendo, os ativos pagaram a sua cota através do alongamento do período para poder se aposentar, e o Estado também, pois pagou a alíquota de 28%, além do reajuste de 28%.

Então, houve um incremento de receita previdenciária por conta da reforma de 2021 na ordem de R\$1 bilhão, porém os 28% em cima da folha total representaram um acréscimo de R\$3 bilhões, e quanto à folha do funcionalismo do Estado – e quando eu falo folha do funcionalismo, dado à paridade e à integralidade, quando você reajusta a do ativo, reajusta a do aposentado também – nós temos um crescimento vegetativo de 5% ao ano, sem aumento.

São essas as questões para as quais nós precisamos buscar um equilíbrio para que lá na frente nós não soframos mais.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA — A minha crítica é como ela foi construída aqui na Assembleia Legislativa do ano passado. Nós até entendemos a questão dos 28%, enfim, tudo isso é compreensível, só que em algum dado momento nós temos que nos lembrar que nós atendemos um público, e a forma que ela foi construída, Deputado Jessé, mostra que não foi feita nenhuma reunião semelhante a esta aqui, nenhuma audiência pública realizada para se conversar, e nós damos liberdade para o Executivo, liberdade para quem está à frente da Pasta chegar aqui e falar de forma explícita, elencando números.

Enfim, esta oportunidade que nós temos agora não aconteceu da vez passada, isso foi entregue aqui dentro, e detalhe, num processo em que foi pedido urgência para a votação. Nós temos que nos lembrar para quem nós trabalhamos. Por isso que

eu estou achando muito importante e fico muito feliz mesmo de estar aqui hoje, e quem está nos acompanhando... tem bastante gente nos acompanhando, o senhor pode ter absoluta certeza, prestando bastante atenção naquilo que está sendo dito aqui.

Mais uma vez reitero que a minha crítica não foi ao projeto em si, até porque ele era necessário naquele exato momento. Porém, a forma como ele foi apresentado e votado aqui na Casa foi muito distante do que o público, aquele que é o pagador de imposto, aquele que realmente está interessado, necessitava, pois ele não chegou nem mesmo a ter a oportunidade de ter uma explicação, nem 10% disso que o senhor está falando hoje.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Jessé Lopes) — Deputado Sargento Lima, caros Deputados, eu peço que nós esperemos eles finalizarem as falas; vocês vão fazendo as anotações para fazer as ponderações ao final da fala deles, está bem?

Pode continuar, presidente Vânio.

O SR. VÂNIO BOING — Quero só acrescentar que nós concluímos na semana passada aquilo que é possível o Executivo cumprir. Como nós não vamos conseguir mexer na alíquota, vamos subir a régua do piso, ou seja, a intenção do governo é que as pessoas fiquem com mais dinheiro no bolso no final do mês.

Com a medida de que nós vamos elevar o piso de contribuição para três salários mínimos, que hoje seriam em torno de R\$4 mil, seria a partir dali. Já estamos projetando o salário mínimo para o próximo ano em torno de R\$1,4 mil, então dois salários mínimos seriam R\$2,8 mil, então sobra no bolso de cada um a partir do ano que vem, aposentado e pensionista, mais R\$210,00, para lá no final, em 2026, sobrar R\$420,00. Isso atinge todo mundo, setenta mil aposentados e pensionistas, todos eles vão ter. Com isso, ano que vem o Estado, o Executivo, está abrindo mão de algo em torno de R\$120 milhões, para lá no final de 2026 estar abrindo mão de uma receita previdenciária em torno de R\$280 milhões. Ou seja, isso são recursos que vão ficar na mão do aposentado e do pensionista e que vai ser injetado, porque ele vai consumir, vai gastar e esse recurso acaba voltando.

Essa é a medida que está fazendo parte desse pacote previdenciário que o Estado deve encaminhar para esta Casa a partir do início de outubro, para que possamos fazer um debate muito franco. Todas as medidas previdenciárias que nós estamos propondo e apresentando, em nenhum momento retira direito, não falamos de reforma, não trabalhamos com mudança de alíquota, estamos querendo construir uma situação previdenciária que tenha a gestão equilibrada para o futuro. Quando digo que nós precisamos separar, segregar as massas e criar um regime de capitalização, é para que daqui a vinte anos não tenhamos esse déficit crescendo da forma como está crescendo hoje. [Transcrição: Djonathan Costa]

Então você tem uma situação muito clara e confortável para o futuro dos servidores que entrarem a partir de agora, porque a partir do momento que ele se aposentar ele deixa a folha do Estado, passa a receber justamente desse fundo de capitalização, mantidas as regras atuais, porque hoje quem ingressa no Estado tem direito ao benefício, que é o teto do INSS, R\$7,5 mil, quem ganha acima disso o Estado está oferecendo, através da SCPrev, uma previdência complementar para que ele possa ter essa diferença, então ele vai continuar tendo a opção do Estado no regime de capitalização e a complementação acima do teto do INSS pode ser buscada na SCPrev. Então, dentro desse pacote estão vindo alterações também no tocante à SCPrev.

Com relação à proposta do Executivo na alíquota dos 14% a partir dos três salários mínimos a partir de 2026, está vindo também a minuta de regulamentação do sistema de proteção, porque justamente não existe inovação nenhuma, não existe a mínima intenção do Executivo de mexer na alíquota que hoje é em torno de 10,5%, é apenas regulamentar, porque nós estamos sem regulamentação por força de lei. A lei federal existe, nós estamos utilizando, mas queremos regulamentar para que o Estado possa assumir essa gestão também.

Em linhas gerais era isso o que eu tinha para colocar. Fico à disposição para qualquer dúvida que vocês tenham ou qualquer esclarecimento necessário.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Jessé Lopes) — Obrigado, presidente Vânio Boing, por fazer a sua explanação. Eu tenho algumas perguntas aqui, mas deixaremos tudo para o final.

Passo a palavra para o senhor Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina (CBMSC), Coronel Fabiano de Souza.

O SR. COMANDANTE-GERAL CORONEL FABIANO DE SOUZA — Bom dia a todos.

Inicialmente eu gostaria de cumprimentar o Deputado Jessé Lopes, que preside esta Comissão de Segurança Pública; o Deputado Sargento Lima e lhe agradecer, Deputado, pelo requerimento solicitando que pudéssemos falar um pouquinho sobre o Sistema de Proteção Social e sobre as perspectivas para o futuro das instituições militares, particularmente a do Corpo de Bombeiros; o Deputado Emerson, que neste ato representa o Deputado Tiago Zilli; a Deputada Luciane Carminatti que nos ouve on-line; os demais representantes desta Comissão; o presidente Vânio; enfim, todos aqueles que nos acompanham no dia de hoje.

Deputado, se vossa excelência me permite, eu vou dividir esta breve explanação em dois momentos. O primeiro falando um pouquinho sobre o Sistema de Proteção Social, talvez não com tanta profundidade, mas complementando um pouco do que disse o presidente Vânio, e depois sobre as perspectivas e o trabalho que está sendo feito para o futuro das instituições militares, especialmente o Corpo de Bombeiros, como eu disse pensando para dez anos, quinze anos, vinte anos, conforme o desejo da permanência de interesse da população em servir as instituições militares de Santa Catarina.

Com relação ao Sistema de Proteção Social, ao longo dos anos... E eu costumo dizer, Deputado, que os militares não são melhores do que nenhum outro servidor público, seja ele federal, estadual ou municipal, mas certamente somos diferentes em muitos aspectos. Um deles, e talvez seja primordial estarmos falando hoje, é que são servidores, como o senhor também disse, que todos os dias saem de casa para trabalhar e não sabem se voltam, e todos eles juraram proteger o próximo no ato da formatura dos cursos de formação, juramento este carregado ao longo de toda a sua história, ao longo de toda a sua carreira.

Assim, por essa razão, algumas situações, com o passar do tempo, muitas delas sem que tivessem o conhecimento pleno da rotina e da carreira militar, fizeram com que fôssemos tolhidos de alguns direitos. Em anos bem recentes, por exemplo, teve uma alteração bem significativa, promovida aqui na Assembleia Legislativa, com relação à pensionista — aqui apenas a título de exemplo. Em determinada situação, se um militar tombasse em serviço, e todos os anos, infelizmente, nós temos bombeiros e policiais militares que tombam no cumprimento da sua missão, pelas regras que foram impostas às pensionistas, dependendo do tempo que o militar tivesse de carreira a sua esposa ficaria sem absolutamente nenhum amparo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA — Deixo bem claro que tombar é morrer.

O SR. COMANDANTE-GERAL CORONEL FABIANO DE SOUZA — Falecer em serviço. Obrigado, Deputado.

E eu vou pedir perdão, Deputado, se algum termo próprio da caserna, próprio do militar for utilizado e não for compreendido. Por favor, façam as intervenções devidas, porque para nós é muito comum esses termos.

Então continuando, militares falecidos em serviço deixavam a pensionista, não só a pensionista, mas filhos, todos aqueles dependentes, literalmente desamparados. Em 2019 foi promovida uma reforma geral na Previdência e uma das reformas foi a dos militares, que dentre algumas alterações, além do prolongamento do tempo de serviço, trazia um padrão para militar, seja ele federal ou estadual, um padrão para inativos e para pensionistas.

Basicamente, como o senhor também bem colocou, duas alterações principais: o retorno da paridade e da integralidade, porque tinha sido alterado em nível estadual, e talvez esse tenha sido, na reforma previdenciária, o resgate, eu vou utilizar o termo benefício, mas talvez não seja o mais apropriado, porque quando fala em benefício muitas vezes se correlaciona a privilégio, mas os benefícios da paridade e da integralidade, que no Estado de Santa Catarina, desde 2008, já não existia mais para quem ingressou a partir de 2008.

Bom, mesmo resgatando esses benefícios, a lei federal estipulou novas regras as quais os Estados deveriam seguir - não só pela lei federal, mas também pela Emenda Constitucional nº 103. E aí, Deputado, tem algo que é valoroso e é a oportunidade fundamental para discutirmos isso: o fato de nós resgatarmos integralidade e paridade alterou algumas situações estatutárias, por conta dessa reforma previdenciária. Mas o fato é que desde 2019 o Estado de Santa Catarina tinha um prazo para regulamentar o Sistema de Proteção Social, previsto nessa alteração federal, o que está fazendo somente agora - encaminhando muito provavelmente, presidente Vânio, em outubro, um pacote de legislação, SC Futuro e, dentre eles, o Sistema de Proteção Social.

O Sistema de Proteção Social é muito mais do que falar sobre a remuneração da ativa ou da inatividade. É estabelecer as regras para saúde, assistência social e de outros institutos previstos no estatuto, que hoje geram insegurança para o nosso militar. Um exemplo, apenas a título de exemplo: Licença para Tratar de Interesse Particular (LTIP). Antes da

reforma previdenciária existia um regramento em que aquele que se afastava sem remuneração poderia contribuir para o Regime Geral de Previdência e averbar esse tempo de serviço para cômputo de interstício, que é tempo passado no posto ou graduação para promoção, para inatividade, enfim, todo cômputo de tempo de serviço não seria prejudicado. Com a nova regra ele, em tese, tem prejuízo, e por que eu falo em tese? Porque não está regulamentado. [Transcrição: Camila Letícia de Moraes]

Então, quem pede LTIP hoje, qual é a sua condição? Para a pensionista hoje, a regra federal estabelece que falecido em serviço, em decorrência do serviço ou de doença contraída em serviço, regra federal, a pensionista tem o benefício da integralidade. Qual a regra estadual hoje? A lei federal diz isso, mas a estadual ainda não tem algo definido.

Todo o Sistema de Proteção Social... O projeto de lei que está sendo finalizado para ser encaminhado e, certamente, aperfeiçoado nesta Casa, trabalha esses detalhes, regulamenta esses institutos, para termos segurança jurídica para os nossos militares bem desempenharem os seus serviços. E, é claro, algo que não desejamos, mas precisamos prever, qual será o amparo para pensionistas e dependentes em caso de haver alguma intercorrência com esse militar. O fato é que, em tempo, será encaminhado o projeto de lei para trabalhar o Sistema de Proteção Social para que tenhamos guarida jurídica para todos os militares de Santa Catarina doravante. Repito, algo que para nós, na discussão do Sistema de Proteção Social, foi o balizador do projeto de lei, as determinações da lei federal, da qual o Estado de Santa Catarina é signatário, não podendo haver uma extensão de benefícios, mas tendo como regra geral aquilo que a lei federal nos impõe como militares. O projeto tenta contemplar, na plenitude, tudo aquilo que foi discutido em âmbito federal.

Por isso que algumas discussões paralelas têm um confronto direto sobre esses institutos e sobre as alterações previdenciárias em nível federal, as quais muitas vezes se discute de forma paralela, mas não integrada com o Sistema de Proteção Social, principalmente no que diz respeito à paridade e à integralidade. Em relação ao seu segundo questionamento, essa é uma preocupação constante no nosso dia a dia sobre o futuro das organizações. É claro que estando Comandante do Corpo de Bombeiros do Estado de Santa Catarina, independentemente de em breve ingressar na reserva remunerada ou não, nós desejamos que a instituição seja perene. A Polícia Militar completou 180 anos há pouco tempo e o Corpo de Bombeiros rumo ao seu primeiro centenário, e esperamos que esse centenário seja comemorado ao longo dos anos.

O fato é que estamos preocupados com a saúde financeira e previdenciária, porque ao mesmo tempo em que objetivamos o ingresso de novos militares no serviço ativo, também nos preocupa a sustentabilidade de todo o sistema. O militar, como regra, não contribui para o sistema previdenciário, ele é retribuído pelo sistema, e por essa razão a regra federal, e que está prevista no Sistema de Proteção Social, determina que em caso de insuficiência de qualquer fundo que se crie, o Tesouro estadual deve prover os recursos para o pagamento da ativa, da inatividade e de pensão.

Contudo, é claro que temos uma preocupação com a saúde financeira, a preocupação que o senhor externou, assim como o Presidente da Comissão e os demais Deputados externam, o presidente Vânio. Isso é algo que nos preocupa. Mas além da perenidade, nós nos preocupamos com a nossa tropa, que precisa ter uma perspectiva de progressão na carreira. Nós não podemos adotar soluções paliativas que visem resgatar e consertar um eventual prejuízo pretérito, colocando aquilo como regra para o futuro. É claro que quanto a esse prejuízo pretérito precisamos encontrar uma forma de compensar, mas tudo o que fizermos, seja no que diz respeito ao ingresso, à promoção ou a qualquer outro instituto que venha prover algum tipo de benefício ou retribuição às nossas tropas, aos militares, deve ser sustentável ao longo do tempo.

Em diversas ocasiões foi apresentado e discutido com o Secretário da Administração, Secretário Moisés, e com o Secretário da Fazenda, Secretário Cleverson, a questão da continuidade de inclusão. O nosso centro de ensino sem vida é triste, e a vida no centro de ensino é uma garantia de perenidade dos nossos serviços. Gente nova, gás novo e a perspectiva para aquele que já está na corporação de que tudo o que ele construiu ao longo do tempo tenha continuidade. E é claro que esse processo de construção de novos servidores com perspectiva de continuidade dos serviços passa, necessariamente, pelas alternativas e inovações no quesito inclusão.

Agora, é uma opinião bem particular, Deputado, porque eu sei que essa matéria já tramitou nesta Casa no ano passado e está novamente em discussão no âmbito do Executivo para ser encaminhada novamente para a Assembleia e aqui ser aperfeiçoada. Precisamos nos preocupar com o sistema previdenciário e com a saúde financeira do Estado, e eu não tenho dúvida nenhuma de que para o bem das instituições, e aí falo das instituições militares, não tenho condições de falar pelos civis, uma das soluções para a continuidade passa pelo militar temporário, não para substituir um militar efetivo da

ativa, porque ele jamais substituirá aquele que ingressa e tem o objetivo de cumprir no mínimo 35 anos a sua missão, mas um militar temporário para ser complementar ao serviço executado pelo militar da ativa, fazendo com que essa base da nossa estrutura hierárquica piramidal tenha sustentação e eu consiga prover para um militar em serviço efetivo ativo perspectivas de carreira, iniciando como soldado e que tenha no mínimo a perspectiva de chegar ao topo da carreira.

É apenas uma das iniciativas e soluções de aprimoramento, porém essa é uma preocupação que temos constantemente, saúde mental e bem-estar da nossa tropa, porque a tropa estando motivada, qualificada e saudável, é quase que lógico todos correlacionarem de que o Estado de Santa Catarina e seus cidadãos estarão protegidos, tanto pela Polícia Militar quanto pelo Corpo de Bombeiros Militar.

Alguns projetos serão encaminhados em breve e, certamente, e aí eu posso falar pelo Comandante Pelozato, viremos a esta Casa para conversar com cada Deputado sobre as perspectivas de futuro da corporação e como poderemos trabalhar projetos de lei para aperfeiçoar cada vez mais os serviços dos militares estaduais, que são imprescindíveis para a proteção e a defesa de todos os catarinenses.

Fico à disposição para quaisquer questionamentos, mas em linhas gerais era isso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Jessé Lopes) – Obrigado pelas palavras, Comandante.

Antes de abrir a palavra para os Deputados, eu gostaria de fazer algumas perguntas em relação a algumas dúvidas que me surgiram.

Nós sabemos que tem a lei federal dos 10,5% para os militares aposentados, porém aqui no Estado temos um grupo de militares da reserva regidos pelos 14% do Iprev. Está vindo agora essa medida do governo que vai aumentar a régua, e a minha primeira pergunta é essa: como ficam esses militares que estão dentro do regime do Iprev, eles serão automaticamente regidos pelos 10,5% ou eles entram nessa participação do Iprev, que está vindo para a Assembleia provavelmente em poucos meses? Essa é a minha primeira pergunta. [Transcrição: Vera Regina Zacca/]

O SR. COMANDANTE-GERAL CORONEL FABIANO DE SOUZA –Deputado, excelente a sua pergunta, a qual vou tentar responder de maneira muito breve, mas antes vou fazer um resgate [de informações] para tentarmos entender um pouco isso.

Quando houve a alteração federal... A regra anterior era que todo servidor público de Santa Catarina, civil ou militar, fazia o pagamento de 14% sobre o que extrapolava o teto previdenciário, que à época, salvo engano, era algo em torno de R\$5 mil – isso dava 14% sobre o que excedia esse teto previdenciário. A regra federal estabeleceu 10,5% sobre toda a remuneração, independente dele ser ativo ou inativo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Jessé Lopes) – Isso para fazer a manutenção da integralidade e paridade, uma contrapartida?

O SR. COMANDANTE-GERAL CORONEL FABIANO DE SOUZA – Exatamente, a contrapartida.

Na prática, falando agora dos graus hierárquicos dentro das estruturas militares, o soldado inativo foi o maior prejudicado com a nova regra, porque como ele não excedia o teto previdenciário, e portanto era isento, passou a pagar 10,5% sobre todo o valor. Assim como o Deputado Sargento Lima, não que tenha sido amplamente discutido e trabalhado o projeto do ano anterior, da reposição inflacionária etc., mas se notarem, houve uma diferenciação – e falarmos sobre reposição de inflação é a mesma coisa para todo mundo, se a reposição inflacionária é essa – como forma de compensação para esses que passaram a pagar, e era um valor significativo, R\$582,00, salvo engano, de algo que eles não pagavam. Tiveram um prejuízo notório com os 10,5%, inicialmente 9,5% e depois de um ano 10,5%.

Nessa condição, houve ingressos de ações judiciais para manter a regra anterior de algumas categorias e de alguns associados, e obviamente que resgatava a situação anterior, e os que tiveram prejuízo com a nova lei federal passaram a não ter, voltando para a regra anterior. Só que logo depois o governo encaminhou um projeto de lei alterando a situação previdenciária para Santa Catarina e baixou do teto previdenciário para o salário mínimo, aí, baixando para o salário mínimo, esses 14% prejudicaram a esmagadora maioria que ingressou com ação judicial. O fato é: o Sistema de Proteção Social dos militares estabelece a regra geral para o servidor que tem a natureza militar e a regra é para todos os militares. Em tese, salvo alguma alteração no âmbito desta Casa ou de alguma questão judicial, a regra será a de que todos os militares não fazem parte do Regime Geral de Previdência, portanto a regra do Regime Geral de Previdência não será aplicada aos militares em nenhuma hipótese.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Jessé Lopes) – Mas hoje são descontados os 14% deles e não 10,5%.

O SR. COMANDANTE-GERAL CORONEL FABIANO DE SOUZA – Por conta de uma decisão judicial e não...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Jessé Lopes) – Mas e o que será feito com eles? Os 14% hoje são por conta do Iprev.

O SR. COMANDANTE-GERAL CORONEL FABIANO DE SOUZA – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Jessé Lopes) – Porque eles estão nesse regime, já que entraram com a ação.

O SR. COMANDANTE-GERAL CORONEL FABIANO DE SOUZA – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Jessé Lopes) – Mas na hora que entrar aqui a...

O SR. COMANDANTE-GERAL CORONEL FABIANO DE SOUZA – Eles não estarão no Iprev.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Jessé Lopes) – Então eles continuam com os 14%?

O SR. COMANDANTE-GERAL CORONEL FABIANO DE SOUZA – Com os 10,5%.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Jessé Lopes) – Ah, eles vêm para os 10,5%.

O SR. COMANDANTE-GERAL CORONEL FABIANO DE SOUZA – Eles vêm para os 10,5% porque passam para o Sistema de Proteção Social, cuja alíquota é definida pela regra federal. É até colocado no projeto a repetição da alíquota, mas ela faz uma referência que essa alíquota está prevista na lei federal, que alterou o Decreto-Lei 667.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Jessé Lopes) – Então hoje quem tem descontado os 14% não entra no projeto que está vindo do Iprev, mas ele retorna para os 10,5%?

O SR. COMANDANTE-GERAL CORONEL FABIANO DE SOUZA – Para o Sistema de Proteção Social. Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Jessé Lopes) – Certo.

Essa regulamentação que será feita no Estado da lei federal, será feita de forma integral ou pode sofrer algumas alterações, inclusive na alíquota?

O SR. COMANDANTE-GERAL CORONEL FABIANO DE SOUZA – A regra, Deputado, é que não pode haver benefício que extrapole aquilo que é estipulado pela lei federal, benefício. Em tese, e estou falando em tese, eu não poderia, por exemplo, diminuir o percentual de alíquota, mas se o Estado quiser implementar algo a mais, ele poderia, mas desde que...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Jessé Lopes) – Diminuir não pode, só aumentar?

O SR. COMANDANTE-GERAL CORONEL FABIANO DE SOUZA – Aumentar. Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Jessé Lopes) – O outro questionamento, e aí eu acho que ficaria mais para o presidente, é se existe algum estudo pedido pelo governo com relação ao grau acima dos aposentados. Existe algum estudo, alguma análise em cima desse tema?

O SR. VÂNIO BOING – Um grau acima dos aposentados... Só para entender. Pode...

O SR. COMANDANTE-GERAL CORONEL FABIANO DE SOUZA – Essa é uma regra do nosso estatuto e entra naquela questão que eu falei, do respeito às linhas e às limitações da lei federal. No passado, no nosso estatuto havia uma previsão de que o militar ao ingressar na inatividade não era promovido, mas passava a receber os proventos do posto ou da graduação acima. Em tese, para ficar bem claro, significa dizer o seguinte: se ele é 3º Sargento e ingressou na reserva remunerada, ele continua 3º Sargento, recebendo os proventos de 2º Sargento. Essa regra foi extinta com a lei federal, porque ela trabalha integralidade e paridade, o que significa que no ingresso para a reserva remunerada, o que o militar percebia durante a atividade é o que ele carrega para a inatividade.

Essa é a regra da paridade e quebrar isso seria quebrar uma regra federal, um benefício que foi definido e alterado pela lei federal, regra hoje da lei federal que está prevista no Sistema de Proteção. No ato do ingresso para a reserva remunerada, respeitando o princípio da paridade, o que ele recebe de remuneração é exatamente o valor que ele recebia no ato do ingresso para a inatividade, e a paridade significa que qualquer alteração nos vencimentos do ativo tem reflexo no inativo, não há diferenciação, se houver qualquer alteração vencimental do ativo com o inativo.

Essas são as regras gerais e o balizamento federal, por isso que não se fala hoje daquela previsão estatutária do posto da graduação acima, porque quebra o princípio da paridade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Jessé Lopes) – Presidente Vânio com a palavra.

O SR. VÂNIO BOING – Eu quero só acrescentar.

Quando é tratado de alíquota, a de 10,5% não tem piso, então muitas vezes é preciso entender qual é o custo efetivo, que não é de 10,5%, passa a ser de 12,5% se comparar com os 14% que parte do piso de um salário mínimo. Isso precisa ficar claro também.

Com relação à regulamentação do Estado, fazendo referência ao Regime de Proteção, o Estado pode crescer em algumas questões, tipo gestão, criação de um fundo. O que pretendemos complementar além do que a lei federal predispõe é algo a mais que o Estado possa oferecer, como a gestão, a criação de fundo, a parte assistencial, porque nós estamos pensando no todo. Essa é a ideia do Executivo nesse projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Jessé Lopes) – Algum Deputado quer fazer uso da palavra?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL EMERSON STEIN – Eu só quero agradecer a presença do Vânio e do Comandante Fabiano aqui e parabenizá-los pela explanação. Assim que o projeto chegar à Casa nós vamos, com certeza, discutir bastante e olhar para a classe dos militares. [Transcrição: Janis Joplin Zerwes Leite]

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Jessé Lopes) – Passo a palavra para o Deputado Sargento Lima.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA – Temos muitas pessoas nos acompanhando, vendo nas redes sociais o que está sendo levantado de questionamentos.

Hoje se paga cerca de R\$9,5 bilhões/ano de Previdência, é uma realidade isso, e recolhe-se R\$3 bilhões. Essa diferença de R\$6 bilhões, até para deixar claro para quem nos acompanha, vem de onde? Quem paga?

O SR. VÂNIO BOING – Orçamento., é Fonte 100. Receita que o Estado tem, é o imposto do contribuinte.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA – Então, R\$6 bilhões são tirados da Fonte 100?

O SR. VÂNIO BOING – Hoje, se nós vemos, a insuficiência financeira concorre com o orçamento da educação, da saúde, que é algo em torno R\$6 bilhões.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA – Então, para aqueles que nos acompanham entenderem, esses R\$6 bilhões que são tirados da dita Fonte 100, são recursos que seriam para investimentos essenciais no Estado, principalmente agora, inclusive em infraestrutura, não é verdade?

O SR. VÂNIO BOING – Perfeito.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA – E o governo tem honrado o seu compromisso de pagar esse... dos governos passados, a gente (ininteligível) concorda com isso, óbvio que isso aí vem de uma construção...

Antes de ir para a conclusão, quero só deixar bem claro que esse tipo de construção que é feita, e daqui a pouco o projeto vai estar aqui na Casa, sobre o qual, podem ter absoluta certeza, vamos nos debruçar e vamos chamar os senhores aqui outras e outras vezes, para que não passemos pelo dissabor vivido no ano passado. É para isso que serve esta Casa.

Eu tenho certeza que quem está nos assistindo, inclusive o próprio militar que paga 14%, sabe da perspectiva de vir a 10,5%, não é o esperado, mas é algo que já acende uma chama de esperança. Se existem outras formas de se compensar isso, Deputado Jessé, conforme o senhor perguntou, é realmente com um plano de carreira. Se formos olhar a integralidade, a paridade, ela é uma realidade para quem... Quando você fala que o sujeito era 3º Sargento e ao se aposentar vai para 2º Sargento, o certo seria ele chegar a Sub. As coisas estão acontecendo dessa forma, óbvio que aquilo que aconteceu de forma pretérita temos que, de alguma forma, honrar essas pessoas, lutar para que elas consigam acompanhar o avanço, que é normal, o avanço é normal, o desenvolvimento de uma instituição é normal, mas não podemos comprometer o futuro. E quando falamos de futuro da instituição, temos que ter uma responsabilidade muito grande com isso.

Nós já vimos Estados que, por muito pouco, fecharam as portas, quebraram, justamente por tentarem resolver coisas do passado, emendar uma coisa na outra, fazer enjambres e amarrações e lá na frente o tempo é impiedoso e chega. Nós tivemos instituições que estiveram à beira da falência mesmo, falência que eu digo é não conseguir colocar mais ninguém para dentro, não pagar nem mesmo folha de pagamento, enfim, não ter dinheiro nem para comer no quartel, falando o português claro, não ter dinheiro para a gasolina, o Município ter que subsidiar combustível e pneu para uma viatura. Isso aconteceu em alguns Estados do Brasil, essa é a realidade. O fato de estarmos hoje numa situação em Santa Catarina que eu acredito seja confortável, não quer dizer que possamos agora nos dar o luxo de cometer erros, pensando em cinco anos, dez anos, quinze anos, vinte anos.

Então, só para deixar claro para quem nos acompanha, esses R\$6 bilhões saem da Fonte 100, que seria para investimento. Então aquela pessoa que fala que a sua rodovia tem buraco, uma forma de ajudar seria entender melhor o que acontece no Estado, inclusive por que faltam recursos para a infraestrutura, para a saúde, para as cirurgias que precisam ser feitas.

Quero agradecer aos senhores, obrigado por terem atendido o nosso chamamento e estamos ansiosos que aporem nesta Casa os projetos de origem do governo, e sobre os quais, como eu disse, é uma coisa que nós já estamos conversando com o Governador há bastante tempo. Eu tenho acompanhado de longe, não gosto de me intrometer muito, e só para me justificar com o meu público, com o público que me atende, quero dizer que tem gente que gosta de fazer pirotecnia, não é a minha característica estar a toda hora falando que estou lutando por isso, estou vendo aquilo, até porque acabamos nos transformando num vendedor de ilusões e eu não advogo para ninguém dessa forma, não é uma característica minha.

Nós temos trabalhado, sabíamos dessa situação, inclusive achei muito pertinente a reunião de hoje, e quero agradecer a colaboração dos senhores, e preparem-se, nós vamos acioná-los mais vezes, quantas acharmos necessárias. Mas quero agradecer o Deputado Jessé Lopes, que preside esta Comissão, pode não parecer a temática da Comissão, mas é, e como não temos a oportunidade de em outras Comissões trabalhar dessa forma, usamos a nossa Comissão, não é, Deputado Jessé? E digo nossa porque eu tenho bastante carinho por ela, e através dela aproveitamos para levar essas informações às pessoas que nos acompanham, para terem ideia de como as coisas estão neste momento.

Obrigado mais uma vez.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Jessé Lopes) – Obrigado pelas palavras, Deputado Sargento Lima.

Eu quero só fazer um último questionamento, até para eu anotar aqui, com relação a esse projeto que o governo deve mandar para cá aumentando essa regra do Iprev. Qual o impacto financeiro dessa proposta? Vocês já têm o estudo disso?

O SR. VÂNIO BOING – Se conseguirmos implementar a segregação de massa, teremos que estabelecer uma data de corte para isso, e a nossa expectativa é de todo servidor público que ingressar no Estado a partir deste ano. Nós já temos aí um contingente de aproximadamente seiscentos novos servidores, então iríamos iniciar o SCFuturo com aproximadamente seiscentas vidas. São pessoas que vão ingressar, vão contribuir com 14%, o Estado, ao contrário do que está contribuindo hoje para o sistema de repartição com 28% passaria a contribuir também com 14%, nivelaria, e aí como esse servidor vai se aposentar daqui a vinte anos, trinta anos, certamente esse sistema de capitalização terá reserva suficiente para poder pagar o benefício dele até a sua morte e a pensão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Jessé Lopes) – Sim, isso é excelente. Mas a minha dúvida é no impacto desses que hoje estão aposentados, que estão dentro desses quatro mil e poucos e que vão deixar de pagar esses 14%. Vocês já têm um estudo do impacto dessa...

O SR. VÂNIO BOING – No primeiro ano em torno de R\$120 milhões, é uma renúncia...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Jessé Lopes) – Renúncia fiscal, isso (ininteligível) fugir a palavra.

O SR. VÂNIO BOING – De R\$120 milhões, no ano seguinte em torno de R\$200 milhões e no ano 2026, quando estaríamos nivelados em três salários mínimos, em torno de R\$260 milhões. Ou seja, metade dos R\$540 milhões que representou essa receita com a alíquota de 14% a partir de um salário mínimo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Jessé Lopes) – Eu agradeço a palavra dos nossos representantes, o Coronel Fabiano de Souza, Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros, e o excelentíssimo senhor Vânio Boing, presidente do Iprev. Muito obrigado pela participação de vocês, foi muito esclarecedora, e como disse o Deputado Sargento Lima, um Deputado bastante assíduo e bastante preocupado com a Pasta, nós devemos procurar vocês mais vezes e contamos com a participação até para engrandecer a nossa Comissão e poder atualizar os Deputados e todos que se interessam pelo assunto.

Então, agradecemos a participação de todos, e obrigado, Deputado Emerson, por participar hoje da nossa reunião representando o Deputado Zilli.

Assim sendo, nada mais havendo a tratar, damos por encerrada a reunião. (Ata sem revisão dos oradores.)
[Transcrição: Rafael José de Souza / Leitura Final: Siomara G. Videira]

Deputado **Jessé Lopes**

Presidente

Processo SEI 23.0.000045612-8

———— * * * ————

ATA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DO IDOSO DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª LEGISLATURA

No dia 17 de outubro de 2023, às 13h30, em cumprimento aos artigos 133 e 136 do Regimento Interno, reuniram-se na Sala de Reuniões das Comissões e por videoconferência, sob a Presidência do Senhor Deputado Sergio Motta, e do vice-presidente o Senhor Deputado Marcius Machado, os deputados membros da Comissão: Deputado Neodi Saretta, Deputado Mario Motta, Deputado Nilso Berlanda, Deputado Pedrão substituindo o Deputado Altair Silva. Justificada a ausência do Deputado Emerson Stein por meio do Ofício de nº 1006909/2023. Havendo quórum regimental, o senhor Presidente fez a leitura do requerimento: RCC/0263/2023, de autoria do Deputado Sergio Motta, que requer seja encaminhado Ofício ao Diretor Legislativo, com o seguinte teor: A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, acolhendo proposição do Deputado Sergio Motta, solicita a Vossa Senhoria providências junto a Comissão dos Direitos da Pessoa Idosa, a fim de convidar a Senhora Marisa Luciana Schvabe de Moraes, Presidente do Conselho Regional de Contabilidade de Santa Catarina CRC/SC, para esclarecer dúvidas sobre o valor de 3% de doação do Imposto de Renda em favor do Fundo Estadual do Idoso – FEI. Exarou parecer favorável, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente agradeceu a presença dos senhores Deputados e encerrou a presente reunião, da qual eu, Débora Vieira da Cruz, Assessora Técnica de Comissão Permanente, lavrei esta Ata, que, após lida e aprovada pelos membros do colegiado, será assinada pelo senhor Presidente e, posteriormente, publicada no Diário da Assembleia.

Sala das Comissões, 17 de outubro de 2023.

Deputado **Sergio Motta**

Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos do Idoso

Processo SEI 23.0.000045668-3

———— * * * ————

ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª LEGISLATURA

No dia 18 de outubro de 2023, às 9h, em cumprimento aos artigos 133 e 136, do Regimento Interno, reuniram-se na Sala de Reunião das Comissões e por videoconferência, sob a Presidência do Senhor Deputado Dr. Vicente Caropreso e Vice-Presidência do Senhor Deputado José Milton Scheffer, os demais Senhores Deputados membros da Comissão: Deputado Camilo Martins, Deputado Nilso Berlanda e Deputado Oscar Gutz. Havendo quórum regimental, o Senhor Presidente abriu a 7ª Reunião Ordinária da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, cumprimentando os presentes e submetendo à apreciação a ata da 6ª Reunião Ordinária da 1ª Sessão Legislativa da 20ª Legislatura, que, foi aprovada por unanimidade. Na sequência, o Senhor Presidente passou à leitura Ordem do dia, discussão e votação de requerimentos. Requerimento 0179 de 2023 de autoria do Deputado Dr. Vicente Caropreso para apoio da Escola do Legislativo para realização do Evento "Educação Especial na perspectiva inclusiva - Conhecer para incluir", promovido em parceria com a Secretaria Municipal de Educação de Tijucas, a ser realizado no primeiro semestre de 2024. Posto em discussão e em votação foi aprovado por unanimidade. Requerimento 0188 de 2023 de autoria do Deputado Lucas Felipe Melo Neves para a realização de Seminário em parceria com a Escola do Legislativo com o tema: Prevenção de Deficiência e Saúde com enfoque na intervenção precoce, a ser realizado em Lages no primeiro semestre de 2024. Posto em discussão e em votação, foi aprovado por unanimidade. Requerimento 0254 de 2023 de autoria do Deputado Julio Garcia para a realização de Seminário sobre Residência Inclusiva e o Autismo, no município de Santa Rosa do Sul. O requerimento atende ao pedido de vereadores do município e tem por objetivo debater com a comunidade e instituições o Autismo e a construção da sede de Residência Inclusiva, que atenderá toda a região e para a qual já há terreno e projeto estrutural. Posto em discussão e em votação foi aprovado por unanimidade. Requerimento 0236 de 2023 de autoria do Deputado Dr. Vicente Caropreso para realização do Evento Seminário alusivo ao dia Mundial do Autismo, em parceria com a Escola do Legislativo, nas dependências da ALESC, no dia 02 do mês de abril de 2024. Posto em discussão e em votação foi aprovado por unanimidade. Logo em seguida abriu para demais assuntos. Deputado José Milton iniciou homenageando todos os médicos em especial o presidente da Comissão, único médico deputado na ALESC. Destacou também a importância dos eventos, sendo fundamentais para a melhoria da vida dos cidadãos. Presidente complementou a fala, e destacando a importância do trabalho humanizado para a saúde. Logo após deputado Camilo completou agradecendo o evento realizado em São Joaquim, no qual foi um sucesso de público e de formação. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença dos Senhores Deputados e

encerrou a presente reunião, da qual eu, Adétersom David dos Passos Crispim, Assessor Técnico da Comissão Permanente, lavrei esta Ata, que, após lida e aprovada pelos membros do colegiado, será assinada pelo Senhor Presidente e, posteriormente, publicada no Diário da Assembleia.

Sala das Comissões, 18 de outubro de 2023.

Deputado **Dr. Vicente Caropreso**

Presidente da Comissão dos Direitos da Pessoa com Deficiência

Processo SEI 23.0.000045819-8

————— * * * —————

ATA DE INSTALAÇÃO DA COMISSÃO MISTA CONSTITUÍDA PELO ATO DA PRESIDÊNCIA nº 128-DL, DE 2023, PARA DISCUTIR A IMPLANTAÇÃO DA RESEX NA REGIÃO DO CABO DE SANTA MARTA, LITORAL DO SUL DE SANTA CATARINA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª LEGISLATURA

No dia 18 do mês de outubro de 2023, às 10 horas, nos termos do artigo 37 do Regimento Interno e de acordo com o Ato da Presidência nº 128-DL, de 05 de outubro de 2023, reuniram-se na Sala de Reuniões das Comissões e por videoconferência, os membros da Comissão Mista formada pelas Comissões de Pesca e Aquicultura, de Turismo e Meio Ambiente e de Assuntos Municipais, integrada pelos Senhores Deputados Volnei Weber, Ana Campagnolo, José Milton Scheffer, Marquito, Fabiano da Luz e Tiago Zilli. Justificada ausência do Senhor Deputado Napoleão Bernardes por meio do OFÍCIO INTERNO Nº 0997457/2023/GAB-DEP-NAPOLEAO BERNARDES. Havendo quórum regimental, o Senhor Deputado José Milton Scheffer abriu os trabalhos da reunião de instalação da Comissão, apresentando a indicação do Senhor Deputado Volnei Weber para o cargo de Presidente e do Senhor Deputado Tiago Zilli para o cargo de Vice-Presidente. Aberta a discussão e votação, os indicados foram eleitos por unanimidade. Com a palavra, o Senhor Deputado Volnei Weber indicou o Senhor Deputado José Milton Scheffer para o cargo de Relator, com a concordância dos demais membros. Após a eleição, o Senhor Deputado Volnei Weber assumiu a Presidência dos trabalhos, informando que será elaborado um plano de trabalho para a comissão com a previsão de realização de audiências públicas e visitas técnicas, que será apresentado pelo relator na 1ª reunião ordinária da Comissão Mista que será convocada em momento oportuno. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião. E para constar, eu, Evandro Carlos dos Santos, lavrei a presente ata, que será assinada pelo Presidente.

Deputado **Volnei Weber**

Presidente da Comissão Mista constituída pelo Ato da Presidência Nº 128-DL

Processo SEI 23.0.000045965-8

————— * * * —————

ATA DA 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª LEGISLATURA

No dia 24 de outubro de 2023, às 17h, em cumprimento aos artigos 133 e 136 do Regimento Interno, reuniram-se na Sala de Reunião das Comissões e por videoconferência, sob a Presidência do Senhor Deputado Edilson Massocco, com a presença dos demais membros da comissão: Deputado Camilo Martins, Deputado Napoleão Bernardes, Deputado Neodi Saretta, Deputado Oscar Gutz, Deputado Pedrão Silvestre e Deputado Volnei Weber. Havendo quórum Regimental, o Senhor Presidente abriu a 18ª Reunião Ordinária da Comissão de Agricultura, cumprimentando os presentes e submetendo à apreciação as atas das 12ª e 17ª Reuniões Ordinárias da 1ª Sessão Legislativa da 20ª Legislatura, as quais foram aprovadas por unanimidade. Inicialmente o Presidente comunicou à comissão que foram recebidos a Moção nº 29/2023 e os ofícios nº 165 e 671, os quais foram devidamente encaminhados aos gabinetes através do SEI. Ato contínuo, o Senhor Presidente passou à Ordem do Dia: PL./0045/2023, de autoria do Deputado Padre Pedro Baldissera, que "Altera o inciso IX do art.124-C da Lei nº 14.675, de 2009, que "Institui o Código Estadual do Meio Ambiente e estabelece outras providências", para acrescentar a meliponicultura como atividade de interesse social". Em seguida foi passada a palavra para o Deputado Oscar Gutz que apresentou o parecer sobre ao PL/0045/2023, exarando voto pela aprovação da matéria, que colocado em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença dos Senhores Deputados e encerrou a presente reunião, da qual eu, Adriano Rotta, Assessor de Comissão Permanente,

lavrei esta Ata, que, após lida e aprovada pelos membros do colegiado, será assinada pelo Senhor Presidente e, posteriormente, publicada no Diário da Assembleia.

Sala de Reuniões das Comissões, 24 de outubro de 2023.

Deputado **Edilson Massocco**

Presidente em exercício da Comissão de Agricultura e Política Rural

Processo SEI 23.0.000046069-9

————— * * * —————

ATA DA 8ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE TRANSPORTES, DESENVOLVIMENTO URBANO E INFRAESTRUTURA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª LEGISLATURA

No dia 24 de outubro de 2023, às 17h30min, em cumprimento aos artigos 133 e 136 do Regimento Interno, reuniram-se na Sala de Reunião das Comissões e por videoconferência, sob a presidência do Senhor Deputado Repórter Sérgio Guimarães, vice-presidente da Comissão, os Deputados Membros da Comissão: Deputado Camilo Martins, Oscar Gutz e Deputado Edilson Massocco. Justificada a ausência do Senhor Deputado Antídio Lunelli, em virtude de Missão Oficial ao Panamá, conforme Ato da Presidência Nº 047-DL, 2023. Havendo quórum regimental, o Senhor Presidente em exercício abriu a 8ª Reunião Ordinária da Comissão de Transportes, Desenvolvimento Urbano e Infraestrutura, cumprimentando os presentes e submetendo à apreciação a ata da 7ª Reunião Ordinária da 1ª Sessão Legislativa da 20ª Legislatura, que foi aprovada por unanimidade. Ato contínuo, o Senhor Presidente em exercício passou à leitura de Sinopse da Correspondência e outros documentos recebidos: Ofício do Senador Esperidião Amin, que encaminha a Comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano, o Relatório Mensal de Acompanhamento das Obras do Contorno Viário de Florianópolis - Setembro/2023. Em seguida, passou à ordem do dia: Requerimento RCC/0273/2023, de autoria dos Deputados Pedro de Assis Silvestre (Pedrão) e Repórter Sérgio Guimarães, postulando que seja CONVIDADO o representante da Auto Pista Litoral Sul, para, em data a ser consensualmente agendada, comparecer a Comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano, a fim de expor sobre as ações visando à conclusão das obras do contorno viário da Grande Florianópolis/SC; que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; Requerimento RCC/0272/2023, de autoria dos Deputados Pedro de Assis Silvestre (Pedrão) e Repórter Sérgio Guimarães, postulando que seja CONVIDADO o Sr. Rafael Vitale Rodrigues, Diretor Geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), para, em data a ser consensualmente agendada, comparecer a Comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano, a fim de expor sobre as ações visando à conclusão das obras do contorno viário da Grande Florianópolis/SC, que posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente em exercício encerrou a presente reunião, da qual eu, Sandro Marcio Andrade do Herval, Assessor de Comissão, lavrei esta Ata, que, após lida e aprovada pelos membros do colegiado, será assinada pelo Senhor Presidente e, posteriormente, publicado no Diário da Assembleia.

Sala de Reunião das Comissões, 24 de outubro de 2023.

Deputado **Sérgio Guimarães**

Presidente em exercício da Comissão de Transporte, Desenvolvimento Urbano e Infraestrutura.

Processo SEI 23.0.000046070-2

————— * * * —————

ATA DA 29ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª LEGISLATURA

No dia trinta e um de outubro de dois mil e vinte e três, às 10h, em cumprimento aos artigos 133 e 136, do Regimento Interno, reuniram-se Sala de Reuniões das Comissões, sob a presidência do senhor Deputado Camilo Martins e vice-presidência do senhor Deputado Volnei Weber, os demais senhores Deputados-Membros da Comissão: Deputado Pepê Collaço, Deputado Tiago Zilli, Deputado Fabiano da Luz, Deputada Ana Campagnolo, Deputado Repórter Sérgio Guimarães, Deputado Napoleão Bernardes e Deputado Ivan Naatz em substituição ao Deputado Marcius Machado, conforme ofício nº 1014906/2023. Havendo quórum regimental, o senhor Presidente iniciou a reunião submetendo a apreciação da ata da 28ª Reunião Ordinária da CCJ da 1ª Sessão Legislativa da 20ª Legislatura, aos quais foram aprovadas por unanimidade. Dando início à Ordem do Dia, o Senhor Presidente relatou a devolução de vista coletiva da [MSV./0153/2023](#), de autoria do Governador do Estado, que dispõe sobre o "Veto Parcial ao o Projeto de Lei nº 0118/2023, que 'Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2024

e estabelece outras providências". Posto em discussão e votação o voto do relator Deputado Camilo Martins pela rejeição do veto, foi aprovado por maioria, com votos contrários da Deputada Ana Campagnolo e Deputado Ivan Naatz, em substituição ao Deputado Marcius. Ato contínuo o Senhor Presidente passou a palavra ao Deputado Repórter Sérgio Guimarães, que relatou as seguintes matérias: [PL./0318/2023](#), de autoria do Deputado Carlos Humberto, que "Declara de utilidade pública a Associação Cultural, Desportiva e Assistencial Santo Antônio - (ACDA Santo Antônio), de Balneário Piçarras e Altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que 'Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina' para fazer constar nele o nome de tal entidade". Apresentou requerimento de diligência interna ao autor, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. [PL./0357/2023](#), de autoria do Deputado Marquito, que "Declara de utilidade pública ONG Inspiring Girls Brasil - IGB, de Florianópolis e Altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que "Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina" para fazer constar nele o nome de tal entidade". Apresentou requerimento de diligência interna ao autor, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. [PL./0327/2023](#), de autoria do Deputado Mário Motta, que "Declara de utilidade pública a Associação Brasil Sul de Narcóticos Anônimos - ABSNA, com sede no Município de Itajaí e Altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que 'Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina' para fazer constar nele o nome de tal entidade". Exarou parecer favorável, que, posto em discussão, foi concedida vista em gabinete ao Deputado Marcius Machado substituído pelo Deputado Ivan Naatz. [PL./0354/2023](#), de autoria do Deputado Padre Pedro Baldissera, que "Institui o "Dia Estadual da Mata Atlântica" em Santa Catarina, a realizar-se, anualmente, no dia 27 de Maio e altera o Anexo Único da Lei nº 18.531, de 2022, que 'Consolida as leis que instituem datas e eventos alusivos no âmbito do Estado de Santa Catarina e estabelece o Calendário Oficial do Estado' para incluir referida data alusiva no Calendário Oficial do Estado de Santa Catarina". Exarou parecer favorável, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. [PL./0373/2023](#), de autoria do Deputado Carlos Humberto, que "Declara de utilidade pública o Instituto Verde e Amarelo - INVA, de Balneário Camboriú e Altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que 'Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina' para fazer constar nele o nome de tal entidade". Exarou parecer favorável, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. [PL./0377/2023](#), de autoria do Deputado Marcius Machado, que "Declara de utilidade pública a Associação de Proteção Animal Focinhos Mágicos e altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que 'Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina'". Exarou parecer favorável, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Após, o Senhor Presidente relatou a seguinte matéria: [PL./0393/2023](#), de autoria do Deputado Lucas Neves, que "Autoriza o controle populacional e o manejo sustentável do javali-europeu (Sus scrofa) em todas as suas formas, linhagens, raças e diferentes graus de cruzamento, no Estado de Santa Catarina". Exarou parecer favorável, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Deputado Volnei Weber relatou as seguintes matérias: [PL./0222/2023](#), de autoria do Deputado Delegado Egidio, que "Dispõe sobre o aproveitamento de armas de fogo e munições apreendidas em operações realizadas pela Polícia Civil e Militar do Estado de Santa Catarina". Exarou parecer favorável com emenda modificativa, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. [PL./0320/2023](#), de autoria do Deputado Marcos da Rosa, que "Declara integrante do Patrimônio Cultural Imaterial do Estado de Santa Catarina o Tiro Desportivo, a fim de preservar e incentivar sua prática, e altera o Anexo I da Lei nº 17.565, de 2018, que 'Consolida as Leis que dispõem sobre o Patrimônio Cultural do Estado de Santa Catarina'". Dentro deste projeto foi apensado o [PL./0332/2023](#). Exarou parecer favorável com emenda substitutiva global, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. [PL./0212/2023](#), de autoria do Deputado Maurício Eskudlark, que "Altera a Lei nº 18.624, de 2023, que 'Institui a Política Estadual de Estímulo ao Empreendedorismo do Jovem do Campo e adota outras providências', para incluir o fomento à Sucessão Familiar no Campo". Exarou parecer favorável, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. [PL./0269/2023](#), de autoria do Deputado Tiago Zilli, que "Declara de utilidade pública a Associação Cultural e Esportiva Seis Caneco - 6 Caneco, de Sombrio, e altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que 'Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina', para nele fazer constar o nome de Associação Cultural e Esportiva Seis Caneco - 6 Caneco". Exarou parecer favorável, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Posteriormente, o Senhor Presidente passou a palavra ao Deputado Pepê Collaço, que relatou as seguintes matérias: [PL./0358/2023](#), de autoria do Deputado Lunelli, que "Dispõe sobre a inclusão das temáticas de "Robótica" e "Programação" na grade curricular da Rede Estadual de Ensino". Solicitou a retirada de pauta, que lhe foi concedida. [OF./0028/2023](#), de autoria da Entidade Social, que "Da Fundação de Amparo à Pesquisa em Enfermidades Renais e Metabólicas, de Joinville, solicitando a alteração da Lei que a declarou de utilidade pública para dar nova denominação à

entidade". Exarou parecer favorável, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. [PL./0182/2023](#), de autoria do Deputado Carlos Humberto, que "Dispõe sobre a proibição da 'prática de doutrinação política e ideológica em sala de aula' nas escolas públicas estaduais de Santa Catarina". Exarou parecer favorável, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Na sequência, foi passada a palavra ao Deputado Tiago Zilli que relatou as seguintes matérias: [PL./0130/2023](#), de autoria da Deputada Paulinha, que "Cria o 'Selo Reciclagem' para certificar produtos compostos de materiais recicláveis e dá outras providências". Solicitou a retirada de pauta, que lhe foi concedida. [OF./0021/2023](#), de autoria da Entidade Social, que "Da Sociedade Musical Carlos Gomes, de Blumenau, solicitando a alteração da Lei que a declarou de utilidade pública para dar nova denominação à entidade". Apresentou requerimento de diligência à entidade social, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. [PL./0228/2023](#), de autoria do Deputado Mário Motta, que "Altera a Lei nº 15.435, de 2011, que "Dispõe sobre a simplificação do atendimento público prestado ao cidadão, institui a Carta Estadual de Serviços ao Cidadão e adota outras providências", para promover a adequação aos termos da Lei Federal nº 13.726, de 8 de outubro de 2018". Exarou parecer favorável, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. [PL./0388/2023](#), de autoria do Deputado Altair Silva, que "Reconhece o Município de Caibi como a Capital Catarinense das Festividades Natalinas e altera o Anexo Único da Lei nº 16.722, de 2015, que 'Consolida as Leis que conferem denominação adjetiva aos Municípios catarinenses', para o fim de nele incluir a denominação ao referido Município". Exarou parecer favorável, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Logo após, foi passada a palavra à Deputada Ana Campagnolo que relatou as seguintes matérias: Devolução de vista ao [PL./0325/2023](#), de autoria da Deputada Luciane Carminatti, que "Institui a Política Estadual de Cultura Viva, para a produção e a difusão da cultura e a promoção do acesso aos direitos culturais". Apresentou requerimento de diligência à Casa Civil e, por meio desta, à Fundação Catarinense de Cultura, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. [PL./0038/2022](#), de autoria do Deputado Marcius Machado, que "Altera a Lei nº 12.854, de 2003, que instituiu o Código Estadual de Proteção aos Animais, no sentido de estabelecer a adoção de medidas preventivas para reduzir acidentes com animais silvestres em rodovias estaduais". Exarou parecer favorável, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. [PL./0492/2021](#), de autoria do Deputado Marcius Machado, que "Altera a Lei nº 15.381, de 2010, que "Disciplina a nomeação para cargo em comissão na Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Estado de Santa Catarina", para o fim de incluir vedação à nomeação para funções gratificadas de pessoas condenadas pelos crimes de maus-tratos aos animais". Exarou parecer favorável, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. [PL./0158/2021](#), de autoria do Deputado Marcius Machado, que "Dá nova redação ao Capítulo II do Título III da Lei nº 17.292, de 2017, que 'Consolida a legislação que dispõe sobre os direitos das pessoas com deficiência', para o fim de assegurar o ingresso dessas pessoas nos meios de transporte intermunicipal, público e/ou privado, seja fluvial, marítimo, lacustre ou rodoviário, e também nos táxis e/ou veículos gerenciados por aplicativo eletrônico, inclusive quando se fizerem acompanhar de cão-guia ou de cão de assistência, no âmbito do Estado de Santa Catarina". Exarou parecer favorável com subemenda substitutiva global, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Passada a palavra ao Deputado Ivan Naatz, em substituição ao Deputado Marcius Machado, que relatou a seguinte matéria: [PL./0011/2023](#), de autoria do Deputado Delegado Egidio, que "Proíbe a venda, a queima e a soltura de fogos de artifício com estampidos, assim como de quaisquer artefatos pirotécnicos festivos de efeito sonoro ruidoso no Estado de Santa Catarina e dá outras providências". Dentro deste projeto está apensado o [PL./0139/2023](#). Exarou parecer favorável com emenda substitutiva global, que, posto em discussão e votação, foi concedida vista em gabinete à Deputada Ana Campagnolo. Seguidamente, a palavra foi passada ao Deputado Napoleão Bernardes, que relatou as seguintes matérias: [PL./0378/2023](#), de autoria do Deputado Marcius Machado, que "Altera a Lei nº 18.668, de 2023, que 'Dispõe sobre a disponibilização de acesso, no portal da Delegacia de Polícia Virtual de Santa Catarina, para o registro de ocorrências envolvendo crimes cometidos contra idosos', para o fim de utilizar adequadamente o termo 'pessoa idosa". Exarou parecer favorável, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. [PL./0383/2023](#), de autoria do Governador do Estado, que "Autoriza a doação de imóvel no Município de Blumenau". Exarou parecer favorável, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Exarou parecer favorável, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. [PL./0390/2023](#), de autoria do Deputado Volnei Weber, que "Declara de utilidade pública à Associação Casa Açoriana Freguesia Sant'Anna de Villa Nova de Imbituba e Altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que 'Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina' para fazer constar nele o nome de tal entidade". Exarou parecer favorável, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. [PL./0396/2023](#), de autoria do Deputado Jessé Lopes, que "Dispõe sobre a manutenção de espaços físicos reservados à meditação e reflexão religiosa nos estabelecimentos da rede pública de ensino do Estado de Santa Catarina". Apresentou requerimento de diligência à Secretaria de Estado da Educação (SED) e à

Procuradoria-Geral do Estado (PGE), que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Após a relatoria dos demais membros, o presidente, Deputado Camilo Martins, passou a relatar as seguintes matérias: PLC./0019/2023, de autoria do Tribunal de Contas do Estado, que “Institui Quadro Especial no âmbito do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE/SC) e estabelece outras providências”. Exarou parecer favorável, que, posto em discussão, foi concedida vista em gabinete ao Deputado Pepê Collaço. PLC./0022/2023, de autoria do Tribunal de Justiça do Estado, que “Altera a Lei Complementar n. 90, de 1º de julho de 1993 no tocante às regras de progressão funcional dos servidores, bem como quanto aos requisitos de investidura para os cargos públicos do quadro de pessoal do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina, cria a Gratificação de Atividades de Nível Superior - GANS e dá outras providências”. Exarou parecer favorável, que, posto em discussão, foi concedida vista em gabinete ao Deputado Marcius Machado, substituído pelo Deputado Ivan Naatz. PLC./0026/2023, de autoria do Tribunal de Justiça do Estado, que “Altera a Lei Complementar n. 706, de 29 de setembro de 2017, que ‘regulamenta a alínea ‘b’ do inciso II do § 2º do art. 101 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal””. Exarou parecer favorável, que, posto em discussão, foi concedida vista em gabinete ao Deputado Marcius Machado, substituído pelo Deputado Ivan Naatz. Por fim, o Presidente convocou a próxima reunião para dia e horário regimental. Em seguida, agradeceu a presença dos Deputados Membros e demais presentes, e encerrou esta reunião da qual eu, Evandro Carlos dos Santos, Coordenador das Comissões, lavrei a ata que, após lida e aprovada pelos membros do colegiado, será assinada pelo Presidente da Comissão e publicada no Diário da Assembleia.

Deputado **Camilo Martins**

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

Processo SEI 23.0.000045661-6

————— * * * —————

ATA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª LEGISLATURA

No dia 01 de novembro de 2023, às 10h30min, em cumprimento aos artigos 133 e 136, do Regimento Interno, reuniram-se na Sala de Reunião das Comissões nº 02 e por videoconferência, sob a presidência do Senhor Deputado Carlos Humberto e vice-presidência do Senhor Deputado Neodi Saretta, os Senhores Deputados membros da Comissão: Deputada Ana Campagnolo, Deputado Fabiano da Luz, Deputado Fernando Krelling, Deputado Mário Motta e Deputado Matheus Cadornin. Havendo quórum regimental, o Senhor Presidente abriu a 12ª Reunião Ordinária da Comissão de Relacionamento Institucional, das Relações Institucionais e do MERCOSUL, cumprimentando os presentes e submetendo à apreciação a ata da 11ª reunião ordinária da 1ª Sessão Legislativa da 20ª Legislatura, que foi aprovada por unanimidade. Ato contínuo, o Senhor Presidente passou à Ordem do Dia: Requerimento RCC/0297/2023, de autoria do Deputado Carlos Humberto, Requerendo convite ao senhor Secretário Adjunto de Portos, Aeroportos e Ferrovias de Santa Catarina, a fim de explanar acerca das diretrizes e planejamento da Pasta relativamente a obras e investimentos previstos para o desenvolvimento dos portos de Santa Catarina, com vistas ao fomento da economia catarinense, notadamente nos setores de exportação e importação; que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; E Requerimento RCC/0298/2023, de autoria do Deputado Carlos Humberto, Requerendo convite ao senhor Diretor Presidente da SC Parcerias, a fim de explanar acerca das eventuais Parceiras Público-Privadas (PPP) que estariam sendo gestadas no âmbito da empresa e, também, sobre o desempenho atual e perspectivas futuras de movimentação de carga e descarga dos portos de São Francisco do Sul e Imbituba, com destaque para as importações e exportações para os países do MERCOSUL; que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença dos Senhores Deputados e encerrou a presente reunião, da qual eu, Humberto Antônio Souza Alberton, Assessor de Comissão Permanente, lavrei esta Ata, que, após lida e aprovada pelos membros do colegiado, será assinada pelo Senhor Presidente e, posteriormente, publicada no Diário da Assembleia.

Sala de Reuniões das Comissões, 01 de novembro de 2023.

Deputado **Carlos Humberto**

Presidente da Comissão de Relacionamento Institucional, das Relações Internacionais e do MERCOSUL

Processo SEI 23.0.000045824-4

————— * * * —————

ATA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª LEGISLATURA

No dia 1º de novembro de 2023, às 11h30min, em cumprimento aos artigos 133 e 136, do Regimento Interno, reuniram-se na sala das comissões, desta Assembleia legislativa e por videoconferência, sob a presidência do Senhor Deputado Jessé Lopes e vice-presidência do Deputado Napoleão Bernardes, os demais senhores Deputados membros da Comissão: Deputado Matheus Cadorin e o Deputado Sargento Lima. O Deputado Thiago Zilli, justificou sua ausência a esta reunião ordinária através do Ofício Interno N° 1019742. Havendo quórum, regimental, o senhor Presidente abriu a 16ª Reunião Ordinária da 1ª Sessão, Comissão cumprimentando os presentes e submetendo à apreciação de todos as atas da 11ª Reunião Ordinária e da 15ª reunião ordinária, da 1ª Sessão Legislativa da 20ª Legislatura, que postas em discussão e votação foram aprovadas por unanimidade. O senhor Presidente fez a leitura do seguinte Requerimento; RCC/284/2023, de Aatoria da Deputada Vanessa da Rosa Requer, seja submetida aos Membros desta Comissão a realização de Audiência Pública, ainda no ano de 2023, no Plenarinho Paulo Stuart Wright, nesta Casa Legislativa, objetivando discutir a segurança pública no que diz respeito ao Plano SINASE (Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo), e também em relação aos tipos de abordagens da Polícia Militar nas comunidades socialmente vulneráveis, que posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. Não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença dos Senhores Deputados e dos demais presentes e encerrou a reunião. E, para constar, eu Miguel Antonio Atherino Apóstolo, Chefe de Secretaria da Comissão, lavrei a presente ata, que será assinada pelo Presidente e, posteriormente, publicada no Diário da Assembleia Legislativa.

Sala 2 das Comissões, em 1º de novembro de 2023

Deputado **Jessé Lopes**
Presidente

Processo SEI 23.0.000045616-0

— * * * —

ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PROTEÇÃO, DEFESA E BEM-ESTAR ANIMAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª LEGISLATURA

No dia 01 de novembro de 2023, às 15h30min, com amparo no art. 133 § 1º e art. 136 do Regimento Interno, reuniram-se na Sala de Reunião das Comissões nº 2 e por videoconferência, sob a presidência do Senhor Deputado Marcius Machado e vice-presidência do Senhor Deputado Fernando Krelling, os demais senhores Deputados membros da Comissão: Deputado Carlos Humberto substituindo o Deputado Lucas Neves, Deputado Camilo Martins substituindo o Deputado Edilson Massocco e Deputado Fabiano da Luz. Havendo quórum regimental, o Senhor Presidente abriu a 4ª Reunião Ordinária da Comissão da Proteção, Defesa e Bem-Estar Animal, cumprimentando os presentes e submetendo à apreciação a ata da 3ª Reunião Ordinária da 1ª Sessão Legislativa da 20ª Legislatura, a qual foi aprovada por unanimidade. Ato Contínuo, o Senhor Presidente passou à Ordem do Dia: RCC/0302/2023 - de autoria do Deputado Marcius Machado, Requerendo a inclusão da Comissão de Proteção, Defesa e Bem-Estar Animal no processo de tramitação/ distribuição do Projeto de Lei 0436/2021, uma vez que o tema abordado se enquadra em sua competência; que posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. RCC/0303/2023 - de autoria do Deputado Marcius Machado, Requerendo a inclusão da Comissão de Proteção, Defesa e Bem-Estar Animal no processo de tramitação/ distribuição do Projeto de Lei 0412/2021, uma vez que o tema abordado se enquadra em sua competência; que posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. RCC/0304/2023 - de autoria do Deputado Marcius Machado, Requerendo a inclusão da Comissão de Proteção, Defesa e Bem-Estar Animal no processo de tramitação/ distribuição do Projeto de Lei 0288/2021, uma vez que o tema abordado se enquadra em sua competência; que posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. RCC/0305/2023 - de autoria do Deputado Marcius Machado, Requerendo a inclusão da Comissão de Proteção, Defesa e Bem-Estar Animal no processo de tramitação/ distribuição do Projeto de Lei 0259/2021, uma vez que o tema abordado se enquadra em sua competência; que posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. RCC/0306/2023 - de autoria do Deputado Marcius Machado, Requerendo a inclusão da Comissão de Proteção, Defesa e Bem-Estar Animal no processo de tramitação/ distribuição do Projeto de Lei 0393/2023, uma vez que o tema abordado se enquadra em sua competência; que posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o Senhor

Presidente agradeceu a presença dos senhores Deputados e demais presentes e encerrou a reunião. Da qual eu, Ledir Pires Fraga, lavrei esta Ata, que após lida e aprovada pelos membros do colegiado, será assinada pelo Senhor Presidente e, posteriormente, publicada no Diário da Assembleia Legislativa.

Florianópolis, 01 de novembro de 2023.

Deputado **Marcus Machado**

Presidente da Comissão de Proteção, Defesa e Bem-Estar Animal

Processo SEI 23.0.000045833-3

PROPOSIÇÕES DE ORIGEM DO LEGISLATIVO

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 466/2023

Altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que “Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina”, para alterar a denominação da Fundação de Amparo à Pesquisa em Enfermidades Renais e Metabólicas, de Joinville para Fundação Pró Rim, de Joinville.

Art. 1º O Anexo Único da Lei nº 18.278, de 20 de dezembro de 2021, passa a vigorar com a alteração constante do Anexo Único desta Lei.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado **Pepê Collaço**

Comissão de Constituição e Justiça

Lido no Expediente

Sessão de 08/11/23

ANEXO ÚNICO

(Altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 20 de dezembro de 2021)

“ANEXO ÚNICO

ENTIDADES DECLARADAS DE UTILIDADE PÚBLICA

.....
	JOINVILLE	LEI ORIGINAL Nº
.....
141	Fundação de Amparo à Pesquisa em Enfermidades Renais e Metabólicas	8.772, de 1992
.....

”(NR)

Sala das Sessões,

Deputado **Pepê Collaço**

Comissão de Constituição e Justiça

JUSTIFICAÇÃO

Submeto à elevada consideração deste Parlamento o Projeto de Lei em anexo, em razão da mudança da denominação da Fundação de Amparo à Pesquisa em Enfermidades Renais e Metabólicas, de Joinville, conforme demonstrado nos documentos anexos.

Deputado **Pepê Collaço**

Comissão de Constituição e Justiça

— * * * —

PROJETO DE LEI N° 467/2023

Altera o Anexo Único da Lei n° 18.278, de 2021, que “Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina”, para alterar a denominação do Centro Terapêutico de Projetos Sócio-Educativos Arca Sagrada, de Criciúma, para Instituição de Acolhimento Provisório para População em Situação de Rua e Projetos Sócio-Educativos Arca Sagrada.

Art. 1° O Anexo Único da Lei n° 18.278, de 20 de dezembro de 2021, passa a vigorar com a alteração constante do Anexo Único desta Lei.

Art. 2° Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Comissão de Constituição e Justiça

Lido no Expediente

Sessão de 08/11/23

ANEXO ÚNICO

(Altera o Anexo Único da Lei n° 18.278, de 20 de dezembro de 2021)

“ANEXO ÚNICO**ENTIDADES DECLARADAS DE UTILIDADE PÚBLICA**

.....
CRICIÚMA		LEIS
.....
		ATOS DA MESA
161	Instituição de Acolhimento Provisório para População em Situação de Rua e Projetos Sócio-Educativos Arca Sagrada	022, de 2019
.....

”(NR)

Sala das Sessões,

Comissão de Constituição e Justiça

JUSTIFICAÇÃO

Submeto à elevada consideração deste Parlamento o Projeto de Lei em anexo, em razão da mudança da denominação do Centro Terapêutico de Projetos Sócio-Educativos Arca Sagrada, de Criciúma, para Instituição de Acolhimento Provisório para População em Situação de Rua e Projetos Sócio-Educativos Arca Sagrada, conforme demonstrado nos documentos anexos.

Comissão de Constituição e Justiça

CADERNO ADMINISTRATIVO**GESTÃO DE PESSOAL, NORMATIVA, FISCAL E DE MATERIAIS****ATOS DA MESA****ATO DA MESA N° 1016, de 7 de novembro de 2023**

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XVI e parágrafo único do art. 63 do Regimento Interno,

CONSIDERANDO o disposto no inciso I do art. 21 da Resolução n° 002, de 1° de fevereiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar n° 462, de 22 de janeiro de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º **INCLUIR** no Anexo único do Ato da Mesa nº 994, de 18 de outubro de 2023 os servidores abaixo relacionados:

SEQ	NOME	MATRÍCULA	DESCRIÇÃO DO CARGO	NÍVEL ATUAL	PRÓXIMO NÍVEL
204	ANE CAROLINE SCHEFFER	0006811-0-01	ANALISTA LEGISLATIVO II	7	8
205	LUIZ CESAR VERÍSSIMO	0000915-6-01	ANALISTA LEGISLATIVO II	23	24
206	MARIA SALETE VOSS ROSA	0000732-3-01	ANALISTA LEGISLATIVO II	24	25
207	MARLISE KUPAS SOARES	0001920-8-01	ANALISTA LEGISLATIVO II	24	25
208	MILTON FRANCISCO OSCAR FILHO	0001153-3-01	ANALISTA LEGISLATIVO II	20	21
209	ZELIA TEREZINHA DE SOUZA	0000461-8-01	ANALISTA LEGISLATIVO II	15	16
210	ANTONIO ORLANDO	0001884-8-01	ANALISTA LEGISLATIVO III	23	24
211	MARCOS GRAF CESAR	0001729-9-01	CONSULTOR LEGISLATIVO	18	19

Art. 2º Este Ato da Mesa entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a contar de 1º de outubro de 2023.

Deputado **MAURO DE NADAL** - Presidente

Deputada **Paulinha** - Secretária

Deputado **Marcos da Rosa** - Secretário

Republicado por Incorreção

Processo SEI 23.0.000040267-2

ATO DA MESA Nº 1024, de 9 de novembro de 2023

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: com fundamento no art. 21, II, da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, c/c o Ato da Mesa nº 326, de 19 de agosto de 2022,

Art. 1º **POSICIONAR** o servidor **LUIZ FELIPE CANDIDO RIBEIRO**, matrícula nº 6348, ocupante do cargo de Analista Legislativo II, do Grupo de Atividades de Nível Médio, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, no código PL/ALE-8, a contar de 20 de setembro de 2023.

Art. 2º **FICA ALTERADO** o Anexo Único do Ato da Mesa nº 994, de 18 de outubro de 2023, onde se lê:

SEQ	MATRÍCULA	NOME	CARGO	NIVEL ATUAL	PRÓXIMO NÍVEL
93	6348	LUIZ FELIPE CANDIDO RIBEIRO	Analista Legislativo II	07	08

Leia-se:

SEQ	MATRÍCULA	NOME	CARGO	NIVEL ATUAL	PRÓXIMO NÍVEL
93	6348	LUIZ FELIPE CANDIDO RIBEIRO	Analista Legislativo II	08	09

Deputado **MAURO DE NADAL** - Presidente

Deputada **Paulinha** - Secretária

Deputado **Marcos da Rosa** - Secretário

Processo SEI 22.0.000029220-0

ATO DA MESA Nº 1025, de 9 de novembro de 2023

Altera o art. 2º do Ato da Mesa nº 002, de 2015, que “Regulamenta a concessão de auxílio-saúde para a assistência à saúde no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina”.

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no parágrafo único do art. 63 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, e considerando a deliberação do Colegiado nos autos do Processo SEI nº 23.0.000040146-3,

RESOLVE:

Art. 1º O art. 2º do Ato da Mesa nº 002, de 23 de janeiro de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º

.....
 III – os servidores à disposição da ALESC, inclusive os militares da ativa e do Corpo Temporário de Inativos da Segurança Pública (CTISP) da Casa Militar da ALESC; e

.....” (NR)

Art. 2º Este Ato da Mesa entra em vigor na data de sua publicação.

Deputado **MAURO DE NADAL** - Presidente

Deputada **Paulinha** - Secretária

Deputado **Marcos da Rosa** - Secretário

Processo SEI 23.0.000040146-3

_____ * * * _____

ATO DA MESA Nº 1026, de 9 de novembro de 2023

Institui o Sistema de Planejamento, Execução e Controle de Recursos e Orçamento (SPECTRO) como o sistema oficial de gestão de processos licitatórios e contratos no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no parágrafo único do art. 63, do Regimento Interno,

RESOLVE:

Art. 1º Fica instituído o Sistema de Planejamento, Execução e Controle de Recursos e Orçamento (SPECTRO) como o sistema oficial de gestão de processos licitatórios e contratos no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (Alesc).

Art. 2º O SPECTRO, integrado ao Sistema Eletrônico de Informações (SEI), suportará as contratações diretas e as licitações, bem como os contratos, convênios, termos de cooperação, acordos e demais atos jurídicos congêneres e, quando for o caso, a fiscalização, a execução do cronograma físico-financeiro e os pagamentos.

§ 1º O credenciamento e os pregões eletrônicos serão suportados por sistemas adicionais com integração de informações sistêmicas de maneira automatizada.

§ 2º Por meio do SPECTRO, as informações legalmente exigidas serão repassadas, de forma automatizada, aos respectivos sistemas externos, a exemplo do Sistema de Fiscalização Integrada de Gestão (e-Sfinge) do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE/SC) e ao Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP), do Governo Federal.

Art. 3º Os documentos produzidos no SPECTRO terão garantia de autoria, autenticidade e integridade, asseguradas, por meio da utilização de assinatura eletrônica, com identificação do assinante, na forma do inciso II do art. 4º da Lei nacional nº 14.063, de 23 de setembro de 2020, observado o disposto no art. 11 da Lei nacional nº 14.129, de 29 de março de 2021.

Parágrafo único. A assinatura eletrônica, em qualquer de suas modalidades, é de uso pessoal e intransferível, sendo de responsabilidade do titular a sua guarda e sigilo.

Art. 4º O usuário e senha utilizados no SPECTRO serão os mesmos cadastrados no Sistema Integrado de Recursos Humanos da Alesc (SIGRH).

Art. 5º Este Ato da Mesa poderá ser regulamentado por meio de Portaria expedida pelo Diretor-Geral da Alesc.

Art. 6º Este Ato da Mesa entra em vigor na data de sua publicação.

Deputado **MAURO DE NADAL** - Presidente

Deputada **Paulinha** - Secretária

Deputado **Marcos da Rosa** - Secretário

Processo SEI 22.0.000012921-0

PORTARIA**PORTARIA N° 2626, de 8 de novembro de 2023**

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe foram delegadas por meio da Portaria n° 071, de 5 de fevereiro de 2016, com fulcro no parágrafo único do art. 18 da Resolução n° 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar n° 642, de 22 de janeiro de 2015,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9° e 11° da Lei n° 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

NOMEAR CELIO GALESKI, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-44, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (GAB DEP OSCAR GUTZ – CANOINHAS).

Jean Carlos Baldissarelli

Diretor de Recursos Humanos

Processo SEI 23.0.000045850-3

EDITAIS, LICITAÇÕES, CONVÊNIOS E CONTRATOS**EXTRATOS****EXTRATO N° 552/2023**

REFERENTE: Contrato n° 070/2013, celebrado em 06/11/2023.

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC).

CONTRATADA: Regalin Engenharia LTDA.

CNPJ: 50.178.980/0001-95.

OBJETO: Contratação de empresa especializada no ramo de engenharia, para a elaboração dos Projetos Hidrossanitários dos Sistemas de Esgoto Sanitário e Sistema Pluvial, do Palácio Barriga Verde e Anexo Deputado Epitácio Bittencourt, Assembleia Legislativa de Santa Catarina, de acordo com as especificações constantes no Edital de Pregão Eletrônico CL n° 019/2013 - 1ª REP e seu Projeto Básico (Anexo I).

VALOR GLOBAL: R\$39.000,00 (trinta e nove mil reais).

VIGÊNCIA: O Contrato terá vigência de 6 (seis) meses contados a partir da data de sua assinatura (06/11/2023).

FUNDAMENTO LEGAL:

- Lei Federal n° 10.520/2002;
- Decreto Federal n° 10.024/2019;
- Complementar Federal n° 123/2006;
- Lei Federal n° 8.666/1993;
- Ato da Mesa n° 149, de 30 de abril de 2020;
- Ato da Mesa n° 195, de 16 de junho de 2020;
- Autorização para Processo Licitatório n° 0025/2022-LIC (SEI 0438075 e 0719743), parte integrante deste instrumento, assim como todas as cláusulas e condições contidas nas peças que o compõem; e
- Edital de Pregão Eletrônico CL n° 019/2023 - 1ª REP.

Florianópolis/SC, assinado e datado digitalmente.

Alexandre Lencina Fagundes – Diretor-Geral

Vitor Luiz Soares Bartelega – Diretor Administrativo

Ilgo Regalin Júnior – Representante da empresa

Processo SEI 22.0.000001024-7

_____ * * * _____

EXTRATO N° 554/2023

REFERENTE: Dispensa de Licitação n° 029/2023, celebrada em 08/11/2023.

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC).

CONTRATADA: Poder Agência de Viagens Ltda.

CNPJ: 27.779.566/0001-10

OBJETO: Contratação em caráter emergencial de agência de viagens para prestação de serviços de reserva, emissão, marcação, remarcação e fornecimento de passagens terrestres nacionais e aéreas nacionais e internacionais e emissão de seguro de assistência em viagem internacional.

VALOR GLOBAL: Até R\$1.150.723,20 (um milhão, cento e cinquenta mil, setecentos e vinte e três reais e vinte centavos).

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 75, inciso VIII, da Lei n° 14.133/2021; Atos da Mesa n° 149/2020 e n° 195/2020; Autorização Administrativa exarada pela Diretoria-Geral (1012825), nos autos do processo que tramita no SEI sob o n° 23.0.000039343-6. Florianópolis/SC, assinado e datado digitalmente.

Alexandre Lencina Fagundes – Diretor-Geral

Martin Luiz Temp – Diretor Financeiro

Oberdan Francisco Ferrari – Coordenador de Licitações e Contratos



Processo SEI 23.0.000039343-6

EXTRATO N° 555/2023

REFERENTE: Contrato n° 071/2023, celebrado em 08/11/2023.

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC).

CONTRATADA: Poder Agência de Viagens Ltda.

CNPJ: 27.779.566/0001-10

OBJETO: Contratação em caráter emergencial de agência de viagens para prestação de serviços de reserva, emissão, marcação, remarcação e fornecimento de passagens terrestres nacionais e aéreas nacionais e internacionais e emissão de seguro de assistência em viagem internacional.

VALOR GLOBAL: Até R\$1.150.723,20 (um milhão, cento e cinquenta mil, setecentos e vinte e três reais e vinte centavos).

VIGÊNCIA: 08/11/2023 a 30/11/2023.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 75, inciso VIII, da Lei n° 14.133/2021; Atos da Mesa n° 149/2020 e n° 195/2020; Autorização Administrativa exarada pela Diretoria-Geral (1012825); e Dispensa de Licitação n° 029/2023.

Florianópolis/SC, assinado e datado digitalmente.

Alexandre Lencina Fagundes – Diretor-Geral

Martin Luiz Temp – Diretor Financeiro

Carlos Henrique da Costa Soares – Sócio Proprietário



Processo SEI 23.0.000039343-6

EXTRATO N° 556/2023

REFERENTE: Ata de Registro de Preços n° 030/2023, celebrada em 08/11/2023.

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC).

CONTRATADA: Uti-Lar Comércio Ltda.

CNPJ: 21.230.954/0001-60

OBJETO: Aquisição de utensílios de copa (copos de vidro, porta copos inox, xícaras com pires e jarras).

VALOR GLOBAL: R\$43.134,60 (quarenta e três mil, cento e trinta e quatro reais e sessenta centavos).

VIGÊNCIA: 08/11/2023 a 07/11/2024.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 15 da Lei nº 8.666/93 e demais normas contidas na referida Lei; Lei nº 10.520/2002; Ato da Mesa nº 214/2007; Decreto federal nº 7.892, de 23/1/2013, alterado pelo Decreto federal nº 8.250, de 23/5/2014; além das demais disposições legais aplicáveis e do disposto no Edital de Pregão Eletrônico nº 025/2023.

Florianópolis/SC, assinado e datado digitalmente.

Alexandre Lencina Fagundes – Diretor-Geral

Vitor Luiz Soares Bartelega – Diretor Administrativo

Angélica Ramos de Oliveira – Sócia-Administradora



Processo SEI 23.0.000010780-8

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA**

Diário da ALESC

**Inovador
Moderno
Tudo para facilitar seu acesso**

www.alesc.sc.gov.br/diario-da-assembleia